



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Adalclever Lopes
1º-Vice-Presidente: Deputado Hely Tarquínio
2º-Vice-Presidente: Deputado Lafayette de Andrada
3º-Vice-Presidente: Deputado Braulio Braz
1º-Secretário: Deputado Ulysses Gomes
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.
3º-Secretário: Deputado Doutor Wilson Batista

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - Reuniões de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Comissões

4 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

6 - ERRATA



ATAS

ATA DA 1ª REUNIÃO ESPECIAL DA COMISSÃO ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 5/2015, EM 11/3/2015

Às 10h1min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Tiago Ulisses, Dilzon Melo e Inácio Franco (substituindo o deputado Cássio Soares, por indicação da liderança do BCMG), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente *ad hoc*, deputado Dilzon Melo, declara aberta a reunião e informa que não há ata a ser lida por se tratar da primeira reunião da comissão, que se destina a eleger o presidente e o vice-presidente. Registra-se a candidatura dos deputados Tiago Ulisses para presidente e Dilzon Melo para vice-presidente. Após votação nominal, cada uma por sua vez, são eleitos para presidente e vice-presidente, respectivamente, os deputados Tiago Ulisses e Dilzon Melo, por unanimidade. O presidente *ad hoc* proclama o resultado da eleição e declara empossado como presidente o deputado Tiago Ulisses, a quem passa a direção dos trabalhos. O presidente agradece os votos e a confiança nele depositada e declara empossado como vice-presidente o deputado Dilzon Melo. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 31 de março de 2015.

Tiago Ulisses, presidente - Cássio Soares - Antônio Carlos Arantes.

ATA DA 1ª REUNIÃO ESPECIAL DA COMISSÃO ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 8/2015, EM 11/3/2015

Às 14h35min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Doutor Jean Freire, Arlen Santiago e Durval Ângelo (substituindo o deputado Ricardo Faria, por indicação da liderança das bancadas do PT e do PMDB e das representações partidárias do PCdoB, do PRB, do PTdoB, do PR e do Pros), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente *ad hoc*, deputado Arlen Santiago, declara aberta a reunião e esclarece que não há ata a ser lida por se tratar da primeira reunião da comissão. A presidência informa que a reunião se destina a eleger o presidente e o vice-presidente. Registram-se as candidaturas do deputado Doutor Jean Freire para presidente e do deputado Glaycon Franco para vice-presidente. Submetidas as candidaturas a votação pelo processo nominal, cada uma por sua vez, ambos os deputados são eleitos por unanimidade. O presidente *ad hoc*, deputado Arlen Santiago, proclama o resultado da eleição e declara empossado como presidente o deputado Doutor Jean Freire, a quem passa a direção dos trabalhos. O presidente agradece a confiança nele depositada e designa como relator da matéria, em 1º turno, o deputado Ricardo Faria. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 26 de março de 2015.

Glaycon Franco, presidente – Emidinho Madeira – Léo Portela.

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 11/3/2015

Às 14h37min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Gilberto Abramo, Léo Portela, Dilzon Melo e Tiago Ulisses, membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados Gustavo Valadares e Gustavo Corrêa. Havendo número regimental, o presidente, deputado Gilberto Abramo, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Tiago Ulisses, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar pareceres de redação final e suspende os trabalhos. Reaberta a reunião, registra-se a presença dos deputados Inácio Franco (substituindo o deputado Tiago Ulisses, por indicação da liderança do Bloco Compromisso com Minas Gerais) e Durval Ângelo. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 5.706/2015 (relator: deputado Gilberto Abramo). Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 26 de março de 2015.

Gilberto Abramo, presidente - Durval Ângelo - Tiago Ulisses.

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 12/3/2015

Às 10h2min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Marília Campos e os deputados Doutor Jean Freire e Emidinho Madeira, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Marília Campos, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Emidinho Madeira, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios dos Srs. Hércules Macedo (2), chefe de gabinete da Secretaria de Estado de Educação (27/2/2015 e 7/3/2015); Marcos Antônio Borges, da empresa Oi (26/2/2015); Helvécio Miranda Magalhães Júnior, secretário de Estado de Planejamento e Gestão (26/2/2015); Angelo Oswaldo de Araújo Santos, secretário de Estado de Cultura (7/3/2015); e ofícios da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (26/2/2015). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 560/2015, da deputada Marília Campos, em que solicita seja realizada reunião conjunta com a Comissão de Direitos Humanos para debater, em audiência pública, o conceito contemporâneo de família, por solicitação do Cellos-MG;

nº 561/2015, da deputada Marília Campos, em que solicita seja realizada reunião conjunta com a Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização para debater, em audiência pública, o sistema BRT-MOVE da Região Metropolitana de Belo Horizonte, por solicitação do Observatório de Políticas Públicas de Santa Luzia - Osluz;

nº 562/2015, da deputada Marília Campos, em que solicita seja realizada reunião conjunta com a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável para debater, em audiência pública, o Estatuto da Metrôpole e suas repercussões na elaboração dos planos diretores de desenvolvimento integrado das regiões metropolitanas, por solicitação do Sindicato dos Arquitetos no Estado de Minas Gerais e do Instituto de Arquitetos do Brasil;

nº 563/2015, da deputada Marília Campos, em que solicita seja realizada reunião para debater, em audiência pública, Proposta de Emenda à Constituição nº 4/2015, que altera os arts. 64 e 67 da Constituição do Estado.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 26 de março de 2015.

Marília Campos, presidenta – Fábio Cherem – Doutor Jean Freire.

ATA DA 1ª REUNIÃO ESPECIAL DA COMISSÃO ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 9/2015, EM 17/3/2015

Às 10h6min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Cristina Corrêa e os deputados Ivair Nogueira, Bonifácio Mourão, Fábio Cherem e Inácio Franco, membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Cássio Soares. Havendo número regimental, o presidente *ad hoc*, deputado Bonifácio Mourão, declara aberta a reunião e informa que não há ata a ser lida por se tratar da primeira reunião da comissão. A presidência informa que a reunião se destina a eleger o presidente e o vice-presidente. A seguir, anuncia o registro da candidatura do deputado Ivair Nogueira para o cargo de presidente e da deputada Cristina Corrêa para o cargo de vice-presidente da comissão. Submetidas as candidaturas, cada uma por sua vez, à votação pelo processo nominal, ambos são eleitos por unanimidade. Em seguida, o presidente *ad hoc* faz a proclamação dos eleitos e declara empossado como presidente o deputado Ivair Nogueira, a quem passa a direção dos trabalhos. O presidente agradece a confiança nele depositada, declara empossado como vice-presidente a deputada Cristina Corrêa e designa como relator da matéria o deputado Tiago Ulisses. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 31 de março de 2015.

Ivair Nogueira, presidente - Glaycon Franco - Tiago Ulisses.

**ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA
ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 24/3/2015**

Às 9 horas, comparecem na Sala das Comissões a deputada Celise Laviola e os deputados Sargento Rodrigues, Cabo Júlio e João Magalhães, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofício da Sra. Elisa Smaneto, diretora de Gestão Interna da Presidência da República, acusando o recebimento de requerimento desta comissão versando sobre a adoção de medidas de enfrentamento da violência; dos Srs. Paulo Antônio Barroso, presidente da Secretaria Estadual do Movimento Negro do PDT de Minas Gerais, e Juvenal Araújo Júnior, presidente nacional do Secretariado da Militância Negra do PSDB, solicitando audiência pública desta comissão para discutir a criação da delegacia de crimes raciais e de intolerância no Estado; Carlos Henrique Perpétuo Braga, juiz-presidente do 1º Tribunal do Júri, encaminhando cópia da manifestação apresentada pelo jurado Valdir Nobre, o qual fez parte do Conselho de Sentença da sessão realizada no dia 27/2/2015, alegando deficiência dos órgãos do Sistema de Defesa Social; e do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público do Estado de Minas Gerais, representante legal dos servidores das carreiras técnico-administrativas lotadas na Secretaria de Defesa Social, encaminhando projeto de reestruturação da política remuneratória das citadas carreiras. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 244 a 247, 252, 262 a 271, 283, 291 a 294, 296, 298 e 305/2015. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 681/2015, do deputado Paulo Lamac e do deputado Roberto Andrade, em que solicitam seja realizada audiência pública no Município de Viçosa para debater a situação de violência na região;

nº 682/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja realizada audiência pública no Município de Bom Despacho, em caráter de urgência, para debater a busca de soluções para a promoção da segurança pública local, tendo em vista o aumento da criminalidade informada pelo vereador Doutor Fernando, presidente da Câmara Municipal;

nº 683/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Defesa Social pedido de providências para apuração de denúncia envolvendo o Sr. Gilcinei Gonçalves da Silva, diretor de segurança do presídio de Unaí, e outros agentes de segurança penitenciários, que teriam adquirido de forma irregular certificado de Ensino de Jovens e Adultos, mediante pagamento em dinheiro;

nº 684/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja realizada audiência pública para debater a situação de completa interdição da Rodovia Fernão Dias - BR 381 - no dia 21 de março de 2015, no trecho próximo a Brumadinho, devido ao incêndio de uma carreta, resultando em total insegurança e exposição a riscos de todos os pedestres, transeuntes, motoristas e passageiros por muitas horas.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 31 de março de 2015.

Sargento Rodrigues, presidente – João Leite – Cabo Júlio – Celise Laviola.

**ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA
ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 24/3/2015**

Às 10h39min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Leonídio Bouças, João Alberto, Antônio Jorge, Bonifácio Mourão, Cristiano Silveira, Isauro Calais e Sargento Rodrigues (substituindo o deputado Luiz Humberto Carneiro, por indicação da liderança do Bloco Verdade e Coerência), membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Cabo Júlio. Havendo número regimental, o presidente, deputado Leonídio Bouças, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Isauro Calais, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de e-mail da Sra. Simone Souza Lopes, em que solicita a célere tramitação do Projeto de Lei nº 8/2015. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 235, 285, 340, 436, 445, 451, 412, 415, 428, 432, 459, 464, e 466/2015 (Antônio Jorge); 286, 342, 420, 438, 458, 477, 410, 418, e 429/2015 (Bonifácio Mourão); 328, 336, 339, 443, 444, 449, 455, 478, 287, 413, 426, 430, 440, 462, 470, e 475/2015 (Cristiano Silveira); 222, 288, 335, 341, 435, 447, 456, 468, 469, 480, 409, 416, 427, 452, 463, e 471/2015 (Isauro Calais); 284, 333, 338, 425, 448, 461, e 479, 414, 419, 421, 434, 472 e 474/2015; Projeto de Lei Complementar nº 3/2015 e Projetos de Resolução nºs 2 e 3/2015 (João Alberto); 291, 334, 337, 344, 424, 422, 431, 433, 439, 441, 442, 446, 450, 453 e 457/2015; Projeto de Lei Complementar nº 2/2015 e Projeto de Resolução nº 4/2015, (Leonídio Bouças); e 239, 343, 423, 437, 454, 460, 465, 481, 411, 417, 467, 473 e 476/2015 (Luiz Humberto Carneiro). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. É aprovado requerimento do deputado João Alberto em que solicita que o Projeto de Lei nº 8/2015 seja apreciado em primeiro lugar desta fase. Após discussão e votação é aprovado o parecer que conclui pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 8/2015 (relator: deputado Leonídio Bouças). Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, em turno único, dos Projetos de Lei nºs 9 com a Emenda nº1 e 29/2015, (relator: deputado João Alberto, sendo o primeiro em virtude de redistribuição); e 132/2015 com a Emenda nº 1 (relator:



deputado Leonídio Bouças). Registra-se a saída do deputado Bonifácio Mourão. Na fase de discussão do parecer do relator, deputado Isaura Calais, que conclui pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 160/2015, em turno único, o presidente defere o pedido de vista do deputado Antônio Jorge. Registra-se a saída do deputado Cristiano Silveira. Após discussão e votação é aprovado o parecer que conclui pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, em turno único, do Projeto de Lei nº 220/2015 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: deputado Leonídio Bouças). Após discussão e votação é aprovado o parecer que conclui pela antijuridicidade, inconstitucionalidade e ilegalidade, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 7/2015 (relator: deputado João Alberto). Durante a discussão do parecer do deputado Antônio Jorge que conclui pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, em turno único, do Projeto de Lei nº 28/2015, é apresentado requerimento do deputado Sargento Rodrigues em que solicita seja adiada a discussão da referida matéria. O Projeto de Lei nº 6/2015 é retirado da pauta por deliberação da comissão a requerimento do deputado João Alberto. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação é aprovado o parecer que conclui pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, em turno único, do Projeto de Lei nº 12/2015 (relator: deputado Isaura Calais). O Projeto de Lei nº 275/2015 é retirado da pauta por deliberação da comissão a requerimento do deputado João Alberto. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos deputados que solicitam pedido de informações, nos termos do art. 301, parágrafo único do Regimento Interno, aos autores dos Projetos de Lei nºs 10, 14, 16, 26, 161, 178 e 179/2015, para que os processos sejam instruídos com a documentação necessária à sua tramitação. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 279/2015, do deputado Gustavo Valadares, com emenda do deputado João Alberto, em que solicita seja encaminhado ao governador do Estado pedido de informação para que esclareça as seguintes questões: o motivo da sua viagem ao Rio de Janeiro; o motivo de o governador do Estado se encontrar em missão oficial, especificamente no horário noturno, em plena segunda-feira de carnaval, em restaurante apontado pelos guias turísticos como um dos mais caros daquela cidade; a composição da comitiva, cujos carros e van ocuparam, juntamente com seus inúmeros seguranças, a Rua Aníbal de Mendonça, no Bairro de Ipanema, obstruindo o trânsito; a duração de sua estada na capital do Estado do Rio de Janeiro; o custo total dessa viagem e quem a custeou, bem como sejam estendidas as informações requeridas nesse requerimento a todas as viagens oficiais suportadas financeiramente pelo erário realizadas pelos governadores do Estado de Minas Gerais ao Estado do Rio de Janeiro desde o ano de 2003 até a presente data.

São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 687/2015, do deputado Nozinho, em que solicita seja realizada reunião da comissão, com convidados, para ouvir o presidente e o relator da Comissão Especial de Reforma Política da Câmara dos Deputados (Proposta de Emenda à Constituição nº 182/2007), respectivamente, os deputados federais Rodrigo Maia e Marcelo Castro, considerando a importância do tema para a sociedade brasileira e considerando que o Parlamento Mineiro precisa participar desse processo, conhecendo os pontos em análise da reforma e contribuindo com as discussões; e

nº 688/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja encaminhado ofício ao presidente desta Casa solicitando informações quanto a ocorrência de pagamento da gratificação "jeton" aos diretores da Casa, por reuniões. Requer, ainda, sejam informados valor do pagamento, nome, cargo e período em que o pagamento vem sendo realizado, com fulcro no art. 73, §2º, da Constituição do Estado e em consonância com a Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 31 de março de 2015.

Leonídio Bouças, presidente - Isaura Calais - Antônio Jorge - Luiz Humberto Carneiro - Cristiano Silveira - Cabo Júlio.

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 24/3/2015

Às 11h7min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Anselmo José Domingos, Mário Henrique Caixa e Fábio de Avelar, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Anselmo José Domingos, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Fábio de Avelar, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 197 e 277/2015. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 685/2015, dos deputados Duarte Bechir, Gustavo Corrêa, Arnaldo Silva, Bonifácio Mourão e Elismar Prado, em que solicitam seja realizada reunião conjunta das Comissões de Esporte, Lazer e Juventude e de Defesa da Pessoa com Deficiência para debater, em audiência pública, a criação e o fomento, no Estado, de núcleos de paradesporto e centros de referência paralímpica, com a contratação e formação continuada de profissionais especializados no treinamento das práticas paradesportivas, bem como apoio técnico e financeiro aos paratletas, e debater, ainda, as ações de estímulo ao lazer das pessoas com deficiência.

nº 686/2015, do deputado Iran Barbosa, com emenda do deputado Anselmo José Domingos, em que solicita seja realizada reunião da Comissão de Esporte, Lazer e Juventude para discutir, em audiência pública, acerca do incentivo à valorização e à difusão da

prática esportiva e do lazer, bem como a inclusão social de crianças e jovens por meio do esporte em nosso estado; requer ainda seja convidado o secretário de Estado de Planejamento e Gestão.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 31 de março de 2015.

Anselmo José Domingos, presidente - Fábio de Avelar - Mário Henrique Caixa.

ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 24/3/2015

Às 14h15min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Rosângela Reis e o deputado Fred Costa, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Fred Costa, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, solicita ao membro da comissão presente que a subscreva e também a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a debater a interrupção do repasse de recursos por parte do Estado em benefício de alunos com necessidades educacionais especiais no Estado e a discutir e votar proposições da comissão. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Maria Aparecida de Oliveira, presidenta da Associação de Pais e Amigos de Pessoas Especiais - Apape -; e Julimar Barbosa dos Santos, comerciária e representante das mães presentes na audiência; e os Srs. Gabriel Rocha, subsecretário de Estado de Direitos Humanos da Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social, representando o secretário; e Matheus Marques Dutra, membro da Comissão de Defesa das Pessoas com Deficiência da OAB-MG, representando a presidente dessa comissão; e Rogério de Araújo Souza, pai de autista, que são convidados a tomar assento à mesa. A seguir, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 27 de março de 2015.

Fred Costa, presidente - Paulo Lamac - Anselmo José Domingos.

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 24/3/2015

Às 15h2min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Deiró Marra, Anselmo José Domingos, Celinho do Sinttrocel e Neilando Pimenta, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Deiró Marra, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Anselmo José Domingos, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, são aprovados os Requerimentos nºs 164, 254 e 276/2015. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 407/2015, do deputado Fred Costa, em que solicita seja realizada audiência pública para debater as condições de atendimento nos aeroportos do interior do Estado;

nº 408/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja encaminhado à Diretoria-Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – Dnit – pedido de providências para que seja instalada uma passarela suspensa para pedestres sobre a BR-251, nas proximidades do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas, Câmpus Salinas;

nº 409/2015, do deputado Nozinho, em que solicita seja encaminhado ao Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG – pedido de providências para que seja dada celeridade à liberação da ordem de serviço para execução dos trabalhos de melhoramento e pavimentação no trecho da Rodovia MG-129, no entroncamento da BR-381 entre São Gonçalo do Rio Abaixo e Santa Bárbara, com 20,84Km de extensão, já adjudicado à Construtora Vale Verde Ltda., com preço global de R\$ 18.715.639,79 (dezoito milhões, setecentos e quinze mil, seiscentos e trinta e nove reais e setenta e nove centavos);

nº 411/2015, do deputado Nozinho, em que solicita seja encaminhado ao diretor-geral do DER-MG pedido de informações acerca do cronograma previsto para o início da execução das obras de melhoramento e pavimentação no trecho da Rodovia MG-129, no entroncamento da BR-381 entre São Gonçalo do Rio Abaixo e Santa Bárbara, com 20,84Km de extensão, já adjudicado à Construtora Vale Verde Ltda., com preço global de R\$ 18.715.639,79 (dezoito milhões, setecentos e quinze mil, seiscentos e trinta e nove reais e setenta e nove centavos) ou sobre o andamento das obras, caso já iniciadas;

nº 413/2015, do deputado Alencar da Silveira Jr., em que solicita seja realizada audiência pública para debater a logística, o valor das tarifas e a mobilidade dos passageiros do BRT-Move;

nº 415/2015, do deputado Fabiano Tolentino, em que solicita seja realizada audiência pública para debater a atual situação da parceria público-privada da Rodovia MG-050, bem como o contrato da Concessionária Nascentes das Gerais e o cronograma das obras de duplicação da referida rodovia;

nº 416/2015, do deputado Iran Barbosa, em que solicita seja realizada audiência pública para debater o sistema BRT-Move de Belo Horizonte, em decorrência de problemas técnicos apresentados, atropelamentos, filas, falta de acessibilidade e de segurança do transporte para os usuários; e

nº 711/2015, do deputado Gustavo Valadares, em que solicita seja realizada em audiência pública em Coronel Murta para debater os impactos causados na ponte sobre o Rio Jequitinhonha localizada na entrada do referido município, em razão do transporte de granito proveniente de empresas extrativistas localizadas na região.



São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 715/2015, do deputado Fred Costa, em que solicita seja realizada audiência pública para debater a duplicação da Rodovia BR-381 no trecho Governador Valadares-Belo Horizonte, incluindo a abordagem a respeito dos estudos contratados e aprovados pelo Dnit para melhoramentos e duplicação do referido trecho, e as soluções que serão adotadas para finalizar a obra;

nº 717/2015, do deputado Fred Costa, em que solicita seja realizada audiência pública para debater a aplicação da Lei nº 21.121, de 3 de janeiro de 2014, que dispõe sobre a gratuidade do serviço intermunicipal de transporte coletivo de passageiros ao idoso e à pessoa com deficiência;

nº 719/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Planejamento e Gestão pedido de providências para a inclusão do Distrito de Aimorezinho, situado no Município de Serra dos Aimorés, no programa Minas Comunica II;

nº 720/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja encaminhado à Cemig pedido de providências para a extensão da rede elétrica no Distrito de São João da Vacaria, no Município de Virgem da Lapa, possibilitando a instalação do sinal de telefonia móvel previsto pelo programa Minas Comunica II;

nº 722/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Planejamento e Gestão pedido de providências para o fornecimento de telefonia móvel no Distrito de São João da Vacaria, no Município de Virgem da Lapa, previsto pelo programa Minas Comunica II;

nº 724/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Planejamento e Gestão pedido de providências para fornecimento de telefonia móvel no Distrito de Catuni, no Município de Francisco Sá, pelo programa Minas Comunica II;

nº 725/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Planejamento e Gestão pedido de providências para fornecimento de telefonia móvel no Distrito de Vila Pereira, no Município de Nanuque, pelo programa Minas Comunica II;

nº 726/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja realizada audiência pública para debater as ações do Estado referentes a política habitacional;

nº 727/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Transportes e Obras Públicas pedido de providências para a publicação de edital de concorrência para recuperação e repavimentação asfáltica da Rodovia MG-320, entre os Municípios de Jaguarauçu e Marliéria;

nº 728/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja realizada visita técnica às obras da Rodovia BR-381, nos lotes 1 e 2, no trecho compreendido entre Ipatinga, Coronel Fabriciano e Timóteo, para que sejam averiguadas as condições de segurança de tráfego local;

nº 729/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja realizada visita técnica às obras da Rodovia BR-381, nos lotes 4 e 5, nos subtrechos Ribeirão Prainha e Acesso Sul de Nova Era e Acesso Sul de Nova Era e João Monlevade, para que sejam averiguados o andamento das obras, as condições de segurança de tráfego local e a qualidade do trabalho desenvolvido;

nº 730/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja realizada visita técnica às obras da Rodovia BR-381, no lote 6, no subtrecho entre João Monlevade e Rio Una, para que sejam averiguados o andamento das obras, as condições de segurança de tráfego do local e a qualidade do trabalho desenvolvido;

nº 731/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja realizada visita técnica da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas às obras da BR-381, no lote 7, no subtrecho Rio Una MG-435, em Caeté, para que sejam averiguados o andamento das obras, as condições de segurança do tráfego local e a qualidade do trabalho desenvolvido;

nº 732/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja realizada visita técnica às obras da BR-381, nos lotes 8-A e 8-B, nos subtrechos entre a MG-435, em Caeté, e a entrada da MG-020, para que sejam averiguados o andamento das obras, as condições de segurança de tráfego local e a qualidade do trabalho desenvolvido;

nº 733/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Transportes e Obras Públicas pedido de providências para a publicação de edital de concorrência para recuperação e repavimentação asfáltica da Rodovia MG-820, entre os Municípios de São Domingos do Prata e Dionísio;

nº 734/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Transportes e Obras Públicas pedido de providências para a publicação de edital de concorrência para recuperação e repavimentação asfáltica da Rodovia MG-474, trecho entre a entrada da BR-116 até Piedade de Caratinga;

nº 735/2015, do deputado Neilando Pimenta, em que solicita seja realizada audiência pública em Almenara para debater a necessidade de asfaltamento do trecho da Rodovia BR-367 entre os Municípios de Almenara e Salto da Divisa;

nº 736/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Transportes e Obras Públicas pedido de providências para a publicação de edital de concorrência para recuperação e repavimentação asfáltica da Rodovia MG-329, no trecho entre a entrada da BR-116 até Bom Jesus do Galho;

nº 737/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Transportes e Obras Públicas pedido de providências para a publicação de edital de concorrência para recuperação e repavimentação asfáltica da Rodovia MG-120, entre os Municípios de Nova Era e São Domingos do Prata;

nº 738/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Transportes e Obras Públicas pedido de providências para a publicação de edital de concorrência para recuperação e repavimentação asfáltica do acesso da Rodovia BR-458 até Bugre;

nº 739/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Transportes e Obras Públicas pedido de providências para a publicação de edital de concorrência para recuperação e repavimentação asfáltica do acesso da Rodovia BR-458 até Ipaba;



nº 740/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja encaminhado à diretoria-geral do DER-MG pedido de providências para promover concurso público para suprir as necessidades da autarquia, dando condições à instituição de realizar, de forma direta, as atividades-fins hoje realizadas por terceiros;

nº 741/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja realizada audiência pública para debater um plano de ação para o transporte de cargas especiais ou excedentes e um plano emergencial para o enfrentamento e o combate de congestionamentos nas estradas do Estado;

nº 742/2015, do deputado Ivair Nogueira, em que solicita seja realizada audiência pública para debater o plano de desenvolvimento do Aeroporto da Pampulha, bem como os novos voos regionais e nacionais que passam a operar no referido terminal a partir de março de 2015;

nº 743/2015, do deputado Douglas Melo, em que solicita seja realizada audiência pública para debater a duplicação da Rodovia MG 424, que interliga os Municípios de Sete Lagoas e Pedro Leopoldo;

nº 744/2015, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita seja encaminhado ao governo do Estado pedido de providências para reativação do Aeroporto Regional do Circuito das Águas, devido à importância para o fortalecimento do setor de turismo dos municípios que compõem o referido circuito;

nº 745/2015, do deputado Nozinho, em que solicita seja encaminhado ao diretor-geral do DER-MG pedido de informações acerca do cronograma previsto para o início da execução das obras de melhoramento e pavimentação no trecho da Rodovia MG-129, no entroncamento da BR 381 entre São Gonçalo do Rio Abaixo e Santa Bárbara, com 20,84Km de extensão, já adjudicado à Construtora Vale Verde Ltda., com preço global de R\$ 18.715.639,79 (dezoito milhões, setecentos e quinze mil, seiscentos e trinta e nove reais e setenta e nove centavos) ou sobre o andamento das obras, caso já iniciadas;

nº 746/2015, do deputado Anselmo José Domingos, em que solicita seja encaminhado à Agência Nacional de Transportes Terrestres pedido de providências para que seja exigido da Autopista Fernão Dias, concessionária da Rodovia Fernão Dias – BR-381 –, um plano para situações de emergência, como a ocorrida no período de 21 a 23 de março de 2015 na qual um grave acidente inviabilizou o trânsito na rodovia por aproximadamente trinta horas;

nº 747/2015, do deputado Nozinho, em que solicita seja encaminhado ao DER-MG pedido de providências para que seja dada celeridade à liberação da ordem de serviço para a execução dos trabalhos de melhoramento e pavimentação no trecho da Rodovia MG-129, no entroncamento da BR 381 entre São Gonçalo do Rio Abaixo e Santa Bárbara, com 20,84Km de extensão, já adjudicado à Construtora Vale Verde Ltda., com preço global de R\$ 18.715.639,79 (dezoito milhões, setecentos e quinze mil, seiscentos e trinta e nove reais e setenta e nove centavos);

nº 748/2015, do deputado Anselmo José Domingos, em que solicita seja encaminhado à Autopista Fernão Dias, concessionária da Rodovia Fernão Dias – BR-381 –, manifestação de repúdio devido ao despreparo no atendimento e na solução rápida de casos de acidentes e panes, como a ocorrida no período de 21 a 23 de março de 2015, no qual um grave acidente inviabilizou o trânsito na rodovia por aproximadamente trinta horas;

nº 749/2015, do deputado Nozinho, em que solicita seja encaminhado ao diretor-geral do DER-MG e ao secretário de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre a situação das obras de pavimentação da MG-760, no entroncamento da BR-262 em Cava Grande, no contorno de Timóteo; a possibilidade de retomada das obras pela empresa contratada, considerando que a obra está paralisada desde o final de 2013 em razão de ação ajuizada pelo Ministério Público do Estado; e se foram sanadas as exigências feitas pelo Ministério Público ou se há cronograma para cumprimento das referidas exigências.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 31 de março de 2015.

Anselmo José Domingos, presidente - Cristiano Silveira - Celinho do Sinttrocel.

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 24/3/2015

Às 15h37min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Duarte Bechir, Bonifácio Mourão e Tito Torres (substituindo o deputado Gustavo Corrêa, por indicação da liderança do BVC), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Duarte Bechir, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Bonifácio Mourão, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante da pauta e a discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 721/2015, do deputado Duarte Bechir, em que solicita seja realizada reunião conjunta com a Comissão de Saúde para debater, em audiência pública, os problemas relacionados à suspensão do pagamento da rede credenciada ao Ipsemg, para atendimento à saúde dos servidores públicos na região do Triângulo Mineiro, em particular a situação do Hospital Madrecor;

nº 723/2015, do deputado Duarte Bechir, em que solicita seja realizada reunião para debater, em audiência pública com a presença das Comissões de Saúde, de Educação, Ciência e Tecnologia e do Trabalho, da Previdência e da Ação Social, os reflexos da decisão do STF a respeito da Lei Complementar nº 100, de 2007, sobre o funcionamento das Apaes, tendo em vista a existência de servidores estaduais à disposição dessas entidades.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 30 de março de 2015.

Duarte Bechir, presidente – Antônio Carlos Arantes – Tito Torres – Wander Borges.

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE A INDICAÇÃO DE EVALDO FERREIRA VILELA PARA PRESIDENTE DA FAPEMIG, EM 24/3/2015

Às 17h7min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Leonídio Bouças, Douglas Melo e Paulo Lamac, membros da supracitada comissão. Está presente, também, a deputada Cristina Corrêa. Havendo número regimental, o presidente, deputado Leonídio Bouças, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Douglas Melo, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a proceder à arguição pública do Sr. Evaldo Ferreira Vilela, indicado ao cargo de presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais - Fapemig -, a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir o indicado e para proceder à sua arguição pública, conforme consta nas notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, em turno único, da Indicação nº 5/2015 (relator: deputado Paulo Lamac). Cumprida a finalidade da reunião e da comissão, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 24 de março de 2015.

Leonídio Bouças, presidente.

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 25/3/2015

Às 14h41min, comparecem na Sala das Comissões os deputados João Magalhães, Agostinho Patrus Filho, Fábio Cherem e Sargento Rodrigues (substituindo o deputado Luiz Humberto Carneiro, por indicação da liderança do BVC), membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados Cássio Soares e Arnaldo Silva. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Magalhães, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Sargento Rodrigues, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e discutir e votar proposições da comissão. O presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 8/2015, no 1º turno, do qual designou como relator o deputado Agostinho Patrus Filho. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 8/2015 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: deputado Agostinho Patrus Filho). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 777/2015, do deputado Arnaldo Silva, em que solicita seja realizada audiência pública para debater os procedimentos relativos à criação e instalação de varas de justiça nas comarcas;

nº 778/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja encaminhado à Copasa-MG pedido de providências para que adote as medidas necessárias ao indispensável tratamento da água que abastece o Município de Alfredo Vasconcelos, notadamente quanto à instalação de filtros capazes de minimizar o percentual de ferro e manganês nos poços artesianos e no lençol freático.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de abril de 2015.

João Magalhães, presidente - Agostinho Patrus Filho - Cristina Corrêa - Rogério Correia.

ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 27/3/2015

Às 17h19min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Fred Costa, Paulo Lamac e Anselmo José Domingos (substituindo o deputado Wander Borges, por indicação da liderança do BCMG), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Fred Costa, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Paulo Lamac, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 819/2015, do deputado Fred Costa, em que solicita seja realizada audiência pública para debater o encerramento das atividades do Ballet Jovem da Fundação Clóvis Salgado e sejam convidadas para a referida audiência pública a Comissão de Cultura e a Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia;

nº 820/2015, do deputado Fred Costa, em que solicita seja realizado debate público conjunto das Comissões de Assuntos Municipais e Regionalização, de Participação Popular e de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável para debater a legislação e a gestão das regiões metropolitanas em Minas Gerais, haja vista a entrada em vigor da Lei Federal nº 13.089, de 2015, que institui o Estatuto da Metrôpole.



Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 31 de março de 2015.

Fred Costa, presidente - Wander Borges - João Alberto.

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 1º/4/2015

Às 10h15min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Gil Pereira, Bosco, Glaycon Franco e Tito Torres (substituindo o deputado João Vítor Xavier, por indicação da liderança do BVC), membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Tiago Ulisses. Havendo número regimental, o presidente, deputado Gil Pereira, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Glaycon Franco, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: cartões dos Srs. Marcone Jamilson Freitas Souza, reitor da Universidade Federal de Ouro Preto, e João dos Reis Canela, reitor da Universidade Estadual de Montes Claros, parabenizando a presidência da comissão e desejando sucesso nos trabalhos. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 763/2015, do deputado Nozinho, em que solicita seja realizado debate público sobre o “futuro da atividade minerária no Estado de Minas Gerais e os impactos econômicos nos municípios mineradores”, considerando a realidade comercial da *commodity* no mercado mundial, cujos preços sofreram quedas significativas que afetaram a atividade e provocaram a redução no volume de produção do bem, gerando impacto direto nas finanças do Estado e nos municípios mineradores;

nº 767/2015, do deputado Carlos Pimenta, em que solicita seja realizada reunião para debater, em audiência pública, a distribuição de *royalties* decorrentes da geração de energia elétrica por força hidráulica;

nº 769/2015, do deputado Carlos Pimenta, em que solicita seja realizada visita à Copasa, com a presença de representante da Copasa Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S.A. – Copanor -, para conhecer os planos, projetos e serviços previstos por essas empresas na gestão que se inicia;

nº 770/2015, do deputado Gil Pereira, em que solicita seja realizada reunião para debater, com convidados, projetos de energia térmica com cavaco de madeira;

nº 771/2015, do deputado Gil Pereira, em que solicita seja realizada reunião para debater, com convidados, a falta de políticas públicas associadas a incentivos fiscais que prejudicam a ampliação da capacidade de geração de bioeletricidade no setor sucroalcooleiro;

nº 772/2015, do deputado Gil Pereira, em que solicita seja realizada reunião para debater, em audiência pública, no Município de Montes Claros, a tarifa social e as bandeiras tarifárias cobradas pela Companhia Energética de Minas e Energia S.A. - Cemig.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 8 de abril de 2015.

Gil Pereira, presidente - Carlos Pimenta - Glaycon Franco.

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 1º/4/2015

Às 10h33min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Marília Campos e os deputados Cássio Soares e Tiago Ulisses, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Cássio Soares, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Tiago Ulisses, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofício da Sra. Vanessa de Oliveira Gaudereto, superintendente da Superintendência Federal do Ministério da Pesca e Aquicultura em Minas Gerais, solicitando realização de audiência pública, em Almera ou em Jacinto, para tratar de problemas ambientais em torno da Barragem do Irapé e nos rios adjacentes; e *e-mails* dos Srs. Douglas Eduardo Rocha denunciando loteamento em área de proteção ambiental especial no Município de Caratinga; e Pedro Costa Cardoso criticando os órgãos governamentais responsáveis pela gestão hídrica por não terem divulgado com antecedência informações à população sobre a diminuição do nível da água dos reservatórios e a provável necessidade de racionamento de água. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 9/2015, no 1º turno (deputado Dilzon Melo), e 29/2015, em turno único (deputado Inácio Franco). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº354/2015. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 764/2015, do deputado Fred Costa, em que solicita seja realizado debate público conjunto com a Comissão Extraordinária das Águas para discutir os desafios do gerenciamento e da utilização dos recursos hídricos no Estado;

nº 765/2015, do deputado Gustavo Valadares, em que solicita seja realizada reunião para debater, em audiência pública no Município de Confins, o assoreamento e a poluição das Lagoas Central e Vargem Bonita, especialmente em razão da operação e das obras de ampliação do Aeroporto Tancredo Neves; e



nº 766/2015, da deputada Marília Campos e do deputado Ivair Nogueira, em que solicitam seja realizada reunião para debater, em audiência pública, a preservação e a revitalização da Lagoa Vargem das Flores.

São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 893/2015, do deputado Cássio Soares, em que solicita seja realizada reunião para debater, em audiência pública no Município de São José da Barra com a presença de representantes da diretoria da Furnas Centrais Elétricas S.A e das prefeituras dos municípios que abrigam o Lago de Furnas, o impacto ambiental e social das atividades executadas pela referida empresa e as ações de preservação e sustentabilidade por ela desenvolvidas; e

nº 894/2015, do deputado Fred Costa, em que solicita seja realizado debate público conjunto com a Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização e a Comissão de Participação Popular para debater a gestão das regiões metropolitanas no Estado e a legislação sobre a matéria, haja vista a entrada em vigor da Lei Federal nº 13.089, de 2015, que institui o Estatuto da Metrópole.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 8 de abril de 2015.

Cássio Soares, presidente - Dilzon Melo - Iran Barbosa - Inácio Franco.

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 7/4/2015

Às 9h12min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Celise Laviola e os deputados Sargento Rodrigues, João Leite, Cabo Júlio e João Magalhães, membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Noraldino Júnior. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 922/2015, do deputado Sargento Rodrigues, do deputado Cabo Júlio, da deputada Celise Laviola, do deputado João Magalhães e do deputado João Leite, em que solicitam seja encaminhado ao presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais ofício solicitando a intervenção junto à Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, com base no art. 82, inciso XV, do Regimento Interno, devido à reiterada aprovação de requerimentos de audiência pública pautando debates cuja competência regimental é da Comissão de Segurança Pública, a exemplo da reunião de 7/4/2015, para debater o alto índice de violência contra idosos no Estado, bem como dos Requerimentos nºs 156 e 264/2015;

nº 923/2015, do deputado João Leite, do deputado Sargento Rodrigues, do deputado Cabo Júlio, da deputada Celise Laviola e do deputado João Magalhães, em que solicitam seja encaminhado ao Ministério da Justiça pedido de informações sobre o recrutamento de brasileiros por estrangeiros para atuação junto ao grupo guerrilheiro Estado Islâmico;

nº 924/2015, do deputado Noraldino Júnior e do deputado Sargento Rodrigues, em que solicitam seja encaminhado à Secretaria de Comunicação Social do Estado de Minas Gerais pedido de providências para desenvolver campanhas de conscientização da necessidade de registro imediato das ocorrências de pessoas desaparecidas;

nº 925/2015, do deputado Noraldino Júnior e do deputado Sargento Rodrigues, em que solicitam seja encaminhado ao Comando Geral da Polícia Militar e à Chefia da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais pedido de providências no sentido de que chegue ao conhecimento de todas as autoridades policiais do Estado a obrigatoriedade de se proceder ao boletim de ocorrência (BO ou Reds) referente a pessoas desaparecidas imediatamente quando a autoridade for provocada ou solicitada por familiar do suposto desaparecido;

nº 926/2015, do deputado Noraldino Júnior e do deputado Sargento Rodrigues, em que solicitam seja encaminhado ao presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais ofício para que o sistema de comunicação da Casa desenvolva campanhas de conscientização da necessidade de registro imediato das ocorrências de pessoas desaparecidas, bem como pedido de providências à Rede Minas de Televisão com o mesmo objetivo, nos termos da Lei nº 15.432, de 2005;

nº 927/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja realizada visita da comissão ao Departamento de Operações Especiais (Deoesp) com o objetivo de verificar as condições de trabalho do efetivo ali lotado, bem como as condições estruturais das instalações e a logística de solução porventura adotada;

nº 928/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja encaminhado ao Comando-Geral da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais pedido de providências para analisar os recursos administrativos apresentados pelos candidatos ao concurso regulado pelo Edital nº 11/2014, referente ao processo seletivo interno para admissão ao Curso de Habilitação de Oficiais/Curso Superior de Tecnologia de Gestão em Segurança Pública (CHO/CSTGSP), inclusive em tempo hábil a garantir a participação dos mesmos nas demais etapas previstas para o certame;

nº 929/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja encaminhado ao governador do Estado, ao secretário de Estado de Defesa Social e ao chefe de Polícia Civil do Estado de Minas Gerais pedido de informações sobre as razões de não aplicação da Lei Complementar nº 144, de 2014, que atualiza a ementa e altera o art. 1º da Lei Complementar nº 51, de 1985, que dispõe sobre a aposentadoria do funcionário policial, nos termos do art. 103, da Constituição Federal, para regulamentar a aposentadoria da mulher servidora policial;

nº 930/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja encaminhado ao Comando-Geral da Polícia Militar pedido de informações sobre a existência de laboratórios de informática fechados nas unidades Gameleira e Minas Caixa, nesta Capital, apesar de devidamente equipados, uma vez que a compra dos equipamentos se deu em virtude de emenda desse parlamentar;



nº 931/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado de Defesa Social pedido de providências para que sejam periciados e analisados os documentos (*pen drive* e equipamentos) utilizados para filmagens e gravações, os quais constituiriam provas de irregularidades na gestão do Presídio de Passos, entregues à Comissão de Segurança Pública na 5ª Reunião Ordinária, realizada em 31/3/2015;

nº 932/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita sejam encaminhados à Procuradoria-Geral de Justiça e ao Ministério Público da Comarca de Passos documentos entregues à Comissão de Segurança Pública na 5ª Reunião Ordinária, realizada em 31/3/2015, os quais constituiriam provas de irregularidades na gestão do Presídio de Passos;

nº 933/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita sejam encaminhados à Secretaria de Estado de Defesa Social documentos entregues à Comissão de Segurança Pública na 5ª Reunião Ordinária, realizada em 31/3/2015, pelo diretor-geral do Presídio de Passos com a finalidade de subsidiar averiguação de irregularidades na gestão daquela unidade prisional;

nº 934/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja encaminhado ao Comando-Geral da Polícia Militar pedido de providências para que determine uma seleção rigorosa dos funcionários pelas empresas terceirizadas que prestam serviços nos Colégios Tiradentes, pois os critérios de seleção utilizados não consideram informações quanto aos antecedentes criminais dos candidatos, o que causa preocupação aos pais dos alunos, tendo em vista o convívio no ambiente escolar e o receio quanto a ocorrência de desvios de conduta;

nº 935/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja encaminhado ao Comando-Geral da Polícia Militar pedido de informações sobre o andamento do processo de doação do imóvel localizado no Município de Santa Luzia, tendo em vista o interesse de que seja implantada unidade do Colégio Tiradentes nessa localidade, onde residem inúmeros policiais militares;

nº 936/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja encaminhado ao governador do Estado de Minas Gerais, ao secretário de Estado de Defesa Social e ao subsecretário de Administração Prisional o relatório de inspeção realizada na Cadeira Pública de Itanhomi, quando da Correição Ordinária Anual de 2015, encaminhada pelo Sr. Amaury Silva, juiz de direito da comarca, para as providências cabíveis;

nº 937/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita sejam entregues em reunião da Comissão de Segurança Pública os votos de congratulações aos policiais militares lotados no Gate e na 2ª Cia. Mesp, pela execução de operação no Município de Ibitiré, que resultou na prisão de diversos suspeitos da prática de tráfico de drogas e na apreensão de grande quantidade de drogas, armas e dinheiro.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de abril de 2015.

Sargento Rodrigues, presidente - Cabo Júlio - Celise Laviola - João Leite - João Magalhães.



ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 26ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 14/4/2015

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Votação do Requerimento nº 200/2015, da Comissão de Segurança Pública, que solicita seja encaminhado ao comandante da 2ª Região da Polícia Militar de Betim pedido de informações sobre a quantidade de máquinas de caça-níqueis apreendidas nos últimos 12 meses e sobre o número de Reds dessas apreensões. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 212/2015, da Comissão de Participação Popular, que solicita seja encaminhado ao secretário de Transportes pedido de informações sobre a concessão do Sistema BRT-Move da Região Metropolitana de Belo Horizonte e de envio de cópia do contrato da referida concessão. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação, em turno único, da Indicação nº 2/2015, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Célio Dantas de Brito para o cargo de diretor-geral do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação, em turno único, da Indicação nº 3/2015, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Roberto do Nascimento Rodrigues para o cargo de presidente da Fundação João Pinheiro – FJP. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão, em turno único, da Indicação nº 5/2015, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Evaldo Ferreira Vilela para o cargo de presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – Fapemig. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

2ª Fase
(das 16h15min às 18 horas)

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 6/2015, da Mesa da Assembleia, que altera a Resolução nº 5.176, de 6 de novembro de 1997, que contém o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 8/2015, do procurador-geral de Justiça, que fixa o percentual, relativo ao ano de 2014, para revisão anual dos vencimentos e dos proventos dos servidores do Ministério Público do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Administração Pública.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS DO DIA 14/4/2015

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 378, 395, 396, 397, 405, 406, 407, 408, 409, 410/2015, do deputado Cabo Júlio; 379, 402, 413/2015, do deputado Sargento Rodrigues; 403/2015, do deputado Douglas Melo; e 418/2015, do deputado Noraldino Júnior.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 14/4/2015

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimento nº 338/2015, do deputado Sávio Souza Cruz.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10H30MIN DO DIA 14/4/2015

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projeto de Lei Complementar nº 3/2015, do deputado Cabo Júlio, e Projeto de Lei nº 27/2015, do deputado Doutor Wilson Batista;

Em turno único: Projetos de Lei nºs 440/2015, do deputado Arlen Santiago, 476/2015, do deputado Wander Borges, e 519/2015, do deputado Gilberto Abramo.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 92/2015, dos deputados Fred Costa e Paulo Lamac, e 357 e 551/2015, do deputado Fred Costa.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 473/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 11 HORAS DO DIA 14/4/2015

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.



ORDEM DO DIA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 14/4/2015

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Audiência pública para debater a situação e as perspectivas do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais. Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 14/4/2015

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 14/4/2015

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimento nº 371/2015, da deputada Ione Pinheiro.

Discussão e votação de proposições da comissão.

Debate, com a presença de convidados, sobre a concessão e a exploração do trecho da BR-040 que liga Juiz de Fora a Brasília.

ORDEM DO DIA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 14/4/2015

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15H30MIN DO DIA 14/4/2015

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Debate, com convidados, sobre as ações de conscientização sobre o autismo e a necessidade da implementação de políticas efetivas em relação ao transtorno do espectro autista.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 13/2015

Nos termos regimentais, convoco a deputada Ione Pinheiro e os deputados Cristiano Silveira, Glaycon Franco e Missionário Márcio Santiago, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 14/4/2015, às 14h45min, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o presidente e o vice-presidente.

Sala das Comissões, 13 de abril de 2015.

João Magalhães, presidente.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Douglas Melo, Dalmo Ribeiro Silva e Ivair Nogueira, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 14/4/2015, às 17 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 13 de abril de 2015.

Paulo Lamac, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 6/2015**

Nos termos regimentais, convoco os deputados João Leite, Doutor Jean Freire, Felipe Attiê e João Alberto, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 15/4/2015, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 13 de abril de 2015.

Fábio Cherem, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 16/2015**

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Celise Laviola e Marília Campos e os deputados Fábio Cherem e Thiago Cota, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 16/4/2015, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 13 de abril de 2015.

Gil Pereira, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Cultura**

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Cristina Corrêa e Ione Pinheiro e os deputados Thiago Cota e Wander Borges, membros da supracitada comissão, para a reunião, com a presença de convidados, a ser realizada em 17/4/2015, às 14 horas, no Centro de Convenções, em Mariana, com a finalidade de debater as políticas públicas voltadas para a área de cultura na região dos inconfidentes e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 13 de abril de 2015.

Bosco, presidente.

**PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR****22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA****Discursos Proferidos em 1º/4/2015**

O deputado Ulysses Gomes* - Boa tarde, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas. Concedo um aparte ao deputado Alencar da Silveira Jr. para acalmar o nobre colega. Por favor, 2 minutos.

O deputado Alencar da Silveira Jr. (em aparte) - Depois de ouvir o deputado Rogério Correia falar, gostaria de dizer que ontem estava na cadeira de dentista, de boca aberta, mas fiquei mais boquiaberto ainda depois de ouvir o meu dentista. Ele tem uma televisão no consultório e, na hora, estava passando o Jornal Nacional com o noticiário de mais coisas de Brasília. Ele só perguntou para mim - tenho a certeza de que, como ele, qualquer brasileiro perguntaria hoje: "O que os deputados daqui dizem do que está acontecendo em Brasília?" Não digo nada.

O deputado Rogério Correia acha normal o que está acontecendo em Brasília, com o mensalão, com o petróleo. Ele vai lá e visita o companheiro José Dirceu. V. Exa. foi visitar o companheiro José Dirceu, bater um papo com o José Dirceu. Mas aí disse que o companheiro Rogério Correia não tem nada a ver.

Para finalizar, farei mais um apelo. Há um projeto meu nesta Casa, desde quando voltei do Japão e trouxe para cá um meio de economizar água, com a proibição das válvulas de descarga, Sr. Presidente. Esse projeto precisa ser aprovado com urgência, já não podemos postergar, com a necessidade de economia de água que está aí. Só tem que ser caixa acoplada. Naquela época foi feito um *lobby* muito grande nesta Casa para não deixar ele ser votado, mas agora não tem mais jeito, é um projeto para economia. Também o reaproveitamento das águas de tanque e de chuveiro em todas as edificações no Estado de Minas Gerais. Então faço esse apelo mais uma vez.

Repito: meu dentista me deixou de boca aberta mais uma vez, perguntando o que diz o deputado Rogério Correia. Obrigado.

O deputado Rogério Correia (em aparte) - Aproveito o aparte só para explicar ao deputado Alencar da Silveira Jr. que fui lá visitar o Dr. Janot e lhe entregar a lista de Furnas, aquela em que Aécio fez caixa dois e que tem o nome de muito deputado daqui. Fui entregar essa lista ao Janot, que abrirá inquérito para verificar como foi a roubalheira de Furnas e o caixa dois, que até hoje está silenciado. Foi



isso que fui fazer em Brasília. Escutei o Dr. Janot, porque acho que é um assunto importante - R\$5.500.000,00 que o Aécio fez, o "santo Aécio". Foi isso que fui fazer ontem em Brasília.

O deputado Ulysses Gomes* - Muito obrigado, deputado Rogério Correia.

Nesta oportunidade, presidente, quero compartilhar um pouco algumas experiências que tenho vivido e a conjuntura atual. Neste final de semana tive a honra de estar na cidade de Monte Sião. Quero cumprimentar a população do município, da qual sempre recebi grande apoio e votação muito expressiva, mais uma vez, em todo o Sul de Minas e, de forma muito especial, em Monte Sião, que completou 166 anos no último domingo. Foi uma grande festa. Quero cumprimentar o prefeito João Paulo. Com a participação do deputado federal Reginaldo Lopes, inauguramos lá a ampliação da creche municipal. Este final de semana serão inauguradas todas as atividades comemorativas pelos 166 anos do município, uma nova creche, que fará com que o déficit de atendimento dessas crianças seja zerado. Um projeto muito bem articulado junto ao governo federal, dentro do projeto Pro-Infância, o que mostra que a presidenta Dilma está no caminho certo quando escolhe como lema do seu governo "Brasil, Pátria educadora".

Pensar numa pátria educadora é pensar num grande projeto da educação. Nos últimos 12 anos estamos vendo os investimentos e os avanços nas universidades federais; quanto o governo federal ampliou, investiu, melhorou e reestruturou as universidades. Hoje são inegáveis as oportunidades que os jovens de todo o País têm. Não sou tão velho assim, mas, infelizmente, na minha juventude não tive tantas oportunidades quanto há hoje no que diz respeito à educação.

Não é diferente nos institutos federais. Ou seja, o governo Lula e o governo da presidenta Dilma pensaram, propuseram e investiram recursos na educação superior e técnica, criando mais de 200 escolas técnicas no País todo, mostrando exatamente o contexto em que uma pátria educadora precisa pensar: na questão das universidades, nas escolas técnicas, na infância, na criança. Nos últimos quatro anos o governo investiu bilhões de reais em milhares de creches espalhadas por todo o País. Isso é bonito e importante, no ano em que comemoramos os 25 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente. Esse é um dado importante a ser registrado.

Existe uma lacuna no que discutimos a respeito da educação. Ao contrário do que vimos nos últimos 12 anos de investimento do governo federal, seja nas universidades, seja nas creches, seja nas parcerias dos projetos com municípios, parte da sociedade que merece uma atenção especial, que é a nossa juventude, parece ter sido deixada de lado, sobretudo em Minas Gerais, que, nos últimos 12 anos, deixou de investir na educação, de pensar nos jovens.

Estou vendo aqui o nobre deputado Doutor Jean. Quantas escolas tenho a certeza que o deputado visita na sua região, e pode ver a precariedade da estrutura das nossas escolas.

Estou citando V. Exa. porque costumamos ouvir aqui muitas comparações: no Norte de Minas, no Jequitinhonha, a situação é muito diferente da sua região, deputado, o Sul de Minas. O pessoal costuma fazer comparações, Jean. Mas não é porque o Sul de Minas possui um IDH maior e mais qualidade ou porque possui uma economia mais pujante que a situação lá é diferente. Pelo contrário, a situação da educação estadual lá também é muito precária. No que diz respeito aos servidores, é claro, é igual para todos. Ao longo destes 12 anos, o governo enganou os nossos servidores, não investiu, não pagou um salário justo. Mas, no que diz respeito à estrutura das escolas, ela é tão precária quanto em outros lugares.

Podemos ver em várias cidades. Por exemplo, em Estiva, uma cidade pequena no Sul de Minas, visitei uma escola estadual no Centro dessa cidade, e duvido que algum deputado aqui tenha a coragem de usar o banheiro dessa escola. E é o banheiro que as crianças usam. Podem dizer: mas é uma situação isolada de uma escola. Em São Pedro da União, Sudoeste de Minas, a escola não tinha muros, as janelas estavam quebradas e a quadra coberta só com ferragem estava toda quebrada. A bola que a criançada jogava parecia ser de pano amarrado, de tão precária que era. Dizem: mas a situação deve ser por conta de ser cidade pequena.

Então vamos a Pouso Alegre, uma das cidades mais desenvolvidas do Sul de Minas, e visitem a Escola Estadual Vinícius Meyer para ver se alguém tem coragem de colocar o filho para estudar lá, por causa da situação de precariedade da escola. Se não fosse a garra e a determinação dos profissionais que amam o que fazem e oferecem uma educação de qualidade, ninguém teria condições. Tive de fazer uma denúncia no Corpo de Bombeiros para que fizessem uma avaliação nessa escola pela precariedade que vimos, fiação caída, janelas quebradas. Chove mais dentro da sala de aula que fora dela. Então é essa situação que enfrentamos, durante os últimos 12 anos, em Minas Gerais: falta de investimento de um governo midiático. Quando vamos às ruas, encontramos Minas real, totalmente diferente do estado que o governo vendeu ao longo destes últimos anos.

O deputado Cristiano Silveira (em aparte)* - Obrigado, deputado Ulysses, pelo aparte. Quero cumprimentá-lo pelas palavras, pela trajetória. O seu mandato, para nós, que somos de uma geração nova no PT, tem sido referência para nossa atuação. Queria, deputado, dialogar com V. Exa. sobre o que tenho ouvido aqui, na Assembleia, uma surpresa não muito agradável.

As últimas reuniões que presenciei foram extremamente carregadas de debates rancorosos, agressivos e pouco propositivos para Minas Gerais. Temos visto, aqui, alguns colegas exporem os problemas de Minas Gerais, os problemas que os servidores da saúde enfrentam, em virtude de uma carreira sucateada, de uma valorização que não está à altura do que merecem. Isso está correto. Os trabalhadores da Cemig - isto também é verdade - poderiam, especialmente os que trocam a chave de luz, ser mais bem valorizados. Isso também está correto. Os professores, deputado, hoje se reúnem para uma mobilização legítima. Porque o sindicato fazer uma escolha por um projeto político não quer dizer que ele faz a adesão, ele continua sendo movimento social, continua sendo sindicato, e o seu papel é fazer o tencionamento. Ele está correto. E por que se reúnem esses trabalhadores? Por que fazem assembleia esses trabalhadores? Porque realmente a situação deles é ruim, é péssima, é de sucateamento e de descaso. Concordo com isso tudo.

A única coisa que acho que está faltando na fala de quem tem pontuado essa questão, como se fosse totalmente uma responsabilidade do governador Pimentel, é que isso nada mais é que a herança e o descompromisso com essas mesmas pessoas ao longo dos 12 anos. É consequência e fruto do descompromisso com essas pessoas. Os que hoje querem que Fernando Pimentel, nosso governador, tome medidas e resolva todos os problemas que Minas Gerais tem, em três meses, não tiveram a mesma energia, ao longo dos anos, para fazer esse contraponto. Então, deputado Ulysses Gomes, vejo que há razões, mas não há justiça em algumas falas expostas aqui, na Assembleia.



Outra coisa que queria dizer, para concluir e não tomar muito o tempo de V. Exa., é que as manifestações que hoje tomam as ruas do País são as mais legítimas. Sobre isso tenho uma avaliação parcial.

Acredito que uma parcela de pessoas que vai para as ruas quer mudanças, assim como nós, mudança do sistema político, assim como um combate mais rigoroso da corrupção; todavia, há também aqueles, como bem disse o deputado Rogério Correia, que vão para as ruas flertar com a ditadura, flertar com o nazismo, flertar com aquilo que este país quer esquecer, que são os tempos sombrios.

Deputado Rogério Correia, não tive oportunidade de lutar contra a ditadura, pois sou de 1978. Na reabertura da democracia no País, a qual se iniciou em 1980, eu era muito jovem. Hoje posso usar a tribuna e me expressar, dizer e ouvir o que quer que seja, organizar-me enquanto sociedade, sem ter uma meia dúzia de militares atrás de mim para me prender e me torturar. Hoje posso fazer isso por causa dos que lutaram lá atrás. Boa parte deles não está aqui hoje para ver o que virou a democracia em nosso Brasil. Se eu pudesse, deputado Rogério Correia, abraçaria cada um deles, mas, lamentavelmente, em razão da tortura e da violência, não poderei fazê-lo. No entanto, a memória iremos preservar. Muito obrigado, deputado Ulysses Gomes.

O deputado Ulysses Gomes* - Obrigado, deputado Cristiano Silveira. Quero aproveitar esta oportunidade para manifestar, o que não fiz ainda, minha alegria em ter V. Exa. como nosso parceiro na Assembleia. Eu, que já tive oportunidade de ser seu eleitor em outras eleições, afirmo que é um grande amigo. Já trabalhamos muito em movimentos estudantis, por meio de nosso PT. É uma alegria poder contar com essa parceria no Parlamento.

Queria, dando continuação à questão da educação, compartilhar alguns dados. Hoje a Secretaria de Educação vem mantendo o compromisso do diálogo aberto com nossos educadores. Há um exemplo importante a ser dado. Na última sexta-feira, a própria secretária de Educação se reuniu com cerca de 500 diretores da região metropolitana, algo que nunca aconteceu. Considerando esse compromisso, ela vai procurar estender essa ação a todo o Estado, a todas as regiões. Haverá diálogo direto com os profissionais da área, com os que realmente fazem a gestão do município. Em toda região é preciso fazer com que a educação seja gerida, coordenada, planejada, pensada com os profissionais, com aqueles que estão na ponta trabalhando no dia a dia.

Quero registrar meus parabéns à secretária de Educação, que obviamente segue a orientação do nosso governador Fernando Pimentel quanto a esse grande compromisso assumido, compromisso de mudar Minas Gerais. Hoje completamos três meses de governo, depois de 12 anos de um governo que mentiu, de um governo que quebrou Minas Gerais, de um governo que, infelizmente, foi capaz de, ao longo de 12 anos, fazer com que a educação em Minas Gerais fosse empurrada para esta situação atual.

Exatamente em razão dos compromissos que assumimos ao longo de nossa trajetória política, em razão dos compromissos do PT e principalmente dos do governo de Fernando Pimentel é que ações feitas apenas em três meses sinalizam claramente como serão os próximos quatro anos. Serão anos de diálogo, de construção, de participação e de conquistas.

Quero, neste momento, registrar a chegada da Semana Santa, véspera da Páscoa. A Páscoa simboliza para nós um momento de vida nova. Que essa fecundidade libertadora da Páscoa possa, quem sabe?, apontar para aqueles mais raivosos, preconceituosos e que até hoje não aceitaram a derrota, para que se unam a esse movimento de grande mudança pelo qual o País passa. Minas, sobretudo, começa a percorrer o caminho do diálogo, de participação e de transparência. Queremos Minas realmente melhor e que venha a atender aos anseios e às demandas de nosso povo mineiro, principalmente nessa área tão importante sinalizada pela presidenta Dilma como o grande compromisso de seu segundo mandato. Seu compromisso é com uma pátria educadora, com Minas que olhe para a educação com carinho e com compromisso com a história que nosso governador Fernando Pimentel construirá ao longo de quatro anos.

* - Sem revisão do orador.

O deputado Paulo Lamac* - Muito obrigado, colegas parlamentares. Fico sempre emocionado com a acolhida dos colegas. Caro presidente, venho a esta tribuna, nesta tarde, por uma questão extremamente relevante, talvez a mais relevante do nosso país, que é a discussão das mudanças em curso na educação no nosso Brasil e no nosso estado.

Gostaria de destacar, inicialmente, a indicação feita pela presidente Dilma Rousseff do nome do filósofo Renato Janine para o Ministério da Educação. Ele é extremamente qualificado, e eu não poderia deixar de mencioná-lo aqui. Ele, juntamente com Mario Sergio Cortella, também filósofo, é coautor de um livro chamado *Política para não ser idiota*. Esse livro foi publicado há quatro, cinco anos. Ele aborda uma questão que me parece extremamente atual e relevante em todos os segmentos da sociedade brasileira.

Vivemos hoje um tempo de negação da política. Não é raro escutarmos alguém, que, por vezes, se considera uma pessoa intelectual, em sintonia com o nosso país, falar e proclamar, em verso e em prosa, seu desprezo, sua falta de interesse pela política, como se fosse possível qualquer sociedade se organizar de maneira diversa da organização política. O atual ministro da Educação, filósofo e professor da USP, é um intelectual de reputação indiscutível, que se aprofundou na discussão de como pode ser nocivo para uma sociedade a negação da política.

Queria aproveitar para recomendar aos nossos telespectadores a leitura de um livro muito simples, muito singelo, mas de profunda relevância, *Política para não ser idiota*. Ele fala, inclusive, que, quando as pessoas não fazem o acompanhamento, mais de perto, daquilo que é de todos, os interesses que prevalecem não são necessariamente os mais democráticos, os mais republicanos. O livro *Política para não ser idiota* é realmente uma referência importante para a nova sociedade, para a nova organização da sociedade brasileira.

Queria aproveitar para destacar que nosso atual ministro da Educação tem essa percepção. Educação, necessariamente, implica uma maior percepção de cidadania e de participação política. Não poderia deixar de contextualizar - o deputado talvez se recorde - que recebemos, no início do mandato anterior, o atual ministro Renato Janine, que nos prestigiou no seminário *Política para não ser Idiota*, que promovemos com o apoio desta Casa. Ele foi entrevistado pela TV Assembleia, na época, discutindo essa percepção.

Precisamos trazer de volta para o cenário da educação uma melhor formação do cidadão, porque existiu, em algum tempo, distorção, utilização indevida do instrumento disciplina e conteúdo escolar, apropriados por ideais estranhos na educação. No processo de substituição, acabamos enfrentando hoje um vácuo na formação da cidadania, na compreensão do funcionamento de estado; consequentemente, temos, após o pleno vigor da nossa Lei de Diretrizes e Base da Educação, uma geração de brasileiros que



conhece muito pouco a organização política, a organização social do nosso país e os seus direitos. Os direitos, hoje, inclusive, são muito mais divulgados que as expectativas da sociedade para com seus cidadãos, ou seja, os deveres estão elencados na Constituição Brasileira, mas, em momento nenhum, eles constam dos nossos conteúdos escolares.

Então, o atual ministro da Educação tem essa compreensão da importância da formação integral do cidadão.

Na Assembleia Legislativa, tramitou, na legislatura passada - e a rerepresentamos neste ano -, uma discussão bastante polêmica. Sabemos disso e queremos fazer o debate de maneira fraterna e bastante aberta com os diversos segmentos da educação, pois entendemos que é necessário voltar a formalizar os conteúdos de organização da sociedade brasileira e a discussão sobre a política e a postura ética dentro dos conteúdos regulares do ensino, especialmente no fundamental, quando começamos a desenvolver os futuros cidadãos brasileiros.

Costumamos estranhar o fato de o cidadão chegar à idade adulta e dizer que acordou, que o gigante estava adormecido, mas essa é a verdade, pois há muito o sistema educacional brasileiro deixou de dar os elementos primários para qualquer apreciação ou discussão mais profunda da organização política brasileira. Hoje jovens brasileiros podem dizer que estão acordando, já que negligenciamos a formação em cidadania, e o desdobramento disso, caros colegas, é extremamente amplo e capilarizado; não basta pensar que o indivíduo apenas pouco conhece de política e de organização do Estado brasileiro. A própria consciência da postura que se espera de um cidadão brasileiro não é mais apresentada formalmente para esse jovem, e temos que contar com a boa vontade de professores, para fazer isso dentro da perspectiva transversal, e com a própria família, que, naturalmente, nem sempre dispõe do ferramental suficiente e necessário para apresentar a seu jovem esta realidade tão complexa e nada trivial: a organização do Estado brasileiro.

Vivemos em um país com dimensões continentais, com uma legislação extensa, e a educação demanda esse desafio. Digo com tranquilidade, como professor de física, matemática, enfim, das áreas exatas, que muito pouco faz sentido a formação conteudista se não apresentarmos a esses jovens a perspectiva de uma vida cidadã, o que, de fato, foi retirado dos conteúdos nacionais. Então, deixo aqui essa defesa e a alegria de ver o comprometimento do atual ministro da Educação com essa questão que vimos discutindo, mesmo que em corrente minoritária, na área da educação já há muitos anos. E fica aqui a expectativa de que esse projeto, ontem apreciado pela Comissão de Constituição e Justiça, possa prosseguir, progredir e trazer para Minas Gerais uma posição de ponta, à frente dessas discussões.

Dentro da valorização da educação e do jovem estudante brasileiro, não poderia deixar de expor algo aqui e tecer brevíssimas considerações. Compreendo que estamos avançando rapidamente, de maneira positiva, com a perspectiva de financiamento da educação a partir do pré-sal - um percentual majoritário de recursos oriundos do pré-sal fortalecerá a educação, e esperamos que nos ajude a suprir as mazelas que ainda persistem no Estado. E fiquei sabendo, deputado Rogério Correia - e falo disso antes de passar o aparte ao deputado Léo Portela -, em recente debate com os diretores de escola, que eles agora voltam a se reunir e a ter o direito de se manifestar, pois, até então, havia o medo de perseguição. Isso foi explicitado pelos atuais diretores, que são os mesmos da gestão passada. Disseram que agora podem se organizar, voltar para a associação, pois antes era grande o medo de perseguição e retaliação.

Então, é o encontro com todos os diretores da Região Metropolitana de Belo Horizonte; é o retorno do colegiado de diretores, que foi suspenso, passou muitos anos sem organização no período em que Minas atravessou uma fase de exceção, de ditadura interna nos processos.

Citaram um dado que me preocupou muito: hoje, apenas 1/3 dos professores de Minas Gerais são efetivos. Isso significa que 2/3 desses profissionais não dispõem mais de vínculo efetivo. O atraso na organização do Estado é notável. O compromisso inédito firmado pelo governador Fernando Pimentel foi nomear a cada ano 15 mil novos professores concursados, totalizando 60 mil ao final do seu mandato. Governador algum fez algo parecido ou sequer a metade disso. Após esse período, ainda assim teremos apenas 70% de professores efetivos no nosso estado.

O deputado Léo Portela (em aparte)* - Obrigado, deputado. É bem verdade o que V. Exa. disse. Existe um desânimo em relação à política, principalmente por parte dos jovens. O deputado carrega consigo esse grito que está preso na garganta dos jovens. Por isso, demonstra tão bem a indignação de todos nós, que somos jovens. Estamos indignados com as distorções existentes na política. Não nos conformamos com o que está acontecendo no governo federal. Hoje, é permitido investigar, é possível investigar. Nada é colocado às escuras. Também estamos indignados com as distorções ocorridas há cerca de 12 anos.

O meu amigo deputado João Leite fala tão bem ao se referir ao mais querido do Brasil, por quem tenho realmente uma admiração.

Mas algo me causa estranheza: os queridinhos do mais querido. No apagar das luzes do último governo, eles receberam vultuosos convênios em suas bases eleitorais. No meu ponto de vista, isso é uma grande distorção. No dia 30 de dezembro, cidades como Ervália, Viçosa e Ibirité foram largamente beneficiadas. São as queridinhas do mais querido. Nós, jovens, não nos conformamos mais com esse tipo de política. Queremos uma política transformadora, que não gere esse tipo de confusão entre o público e o privado. Pessoas se apossaram de cargos no governo e há 12 anos se arvoraram dos quadros para beneficiar os mais queridos. Então nós, jovens, não nos conformamos com essa realidade nem com a realidade de distorções no governo federal e muito menos no governo estadual, como esse caso dos convênios liberados no apagar das luzes para a base dos queridinhos do mais querido.

O deputado Paulo Lamac* - Parabéns o espírito combativo e jovem desse talento que surge atualmente na Assembleia Legislativa, deputado Léo Portela, como outros grandes parlamentares que iniciam sua caminhada. É isso o que nos dá motivação. A renovação não é necessariamente uma questão de idade ou de repetição de mandato, mas de capacidade de renovar as ideias e trazer novidades de fato.

O deputado Rogério Correia (em aparte) - Serei breve. Apresentei requerimento na Comissão de Administração Pública solicitando a informação de quem ocupa e ocupava cargos nos conselhos na administração pública direta e indireta em Minas. Parece que os conselheiros estão entrando agora, como se isso não existisse antes. V. Exa. verá que, quando verificarmos os conselheiros de antes, aparecerão nomes de pessoas que estavam no governo. Todos participavam dos conselhos. Isso agora aparece como novidade, não existia. Aqueles que estavam no governo anterior não participavam dos conselhos. Nenhum deles.



Mas V. Exa. vai ver que não é bem isso. Quando fizer o levantamento - já estou concluindo, presidente -, vai ver que todos os secretários do governo passado estavam em conselho. Isso não vem de agora, não. Inclusive, havia conselheiro da Cemig, o Papaléo, que era do Amazonas. Tinha sido deputado naquele Estado e foi indicado pelo PSDB para ser conselheiro sem nunca ter vindo à Cemig. Agora estão descobrindo que há pessoas nos conselhos como se antes não houvesse. É engraçado! Eram muitos conselheiros.

O deputado Paulo Lamac* - De fato, os assuntos que motivaram os apartes são muito relevantes.

Gostaria, então, de reafirmar, como presidente da Comissão de Educação, a nossa crença em que, de fato, estejamos avançando. Temos, hoje, um número de alunos em curso superior imensamente maior do que tínhamos até há muito poucos anos. Hoje, o acesso à universidade é uma realidade, uma possibilidade concreta na vida dos brasileiros e das brasileiras. Então, queremos seguir por esse caminho, queremos mais, que os nossos jovens, de fato, possam ter acesso à universidade.

Quero destacar nestes últimos segundos que temos diálogo com os professores. Fizeram assembleia nesta Casa ontem e estão levando para suas bases propostas de que, nos próximos anos, terão reajustes já oferecidos da ordem de quase 32%, aumento real sobre o que recebem hoje. Então, há diálogo, há mesa de negociação, que está em pleno andamento. Vivemos, de fato, novos tempos. Isso incomoda a alguns, mas são novos tempos e tempos muito distintos. Vamos em frente que o resultado será melhor. Presidente, agradeço pela tolerância. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O deputado Douglas Melo - Boa tarde, Sr. Presidente. Cumprimento as deputadas, os deputados, todos os telespectadores da TV Assembleia.

Sr. Presidente, pela segunda vez subo a nossa tribuna para falar. O assunto é muito parecido com o que falei da primeira vez. O maior problema que Sete Lagoas e toda região sofrem continua sendo a nossa segurança pública, um problema muito sério. Sei que hoje grande parte do Estado de Minas passa por esse problema, mas Sete Lagoas, deputado Rogério Correia, tem um problema seriíssimo, de anos. Infelizmente, ela não vem recebendo os recursos necessários para combater o crime que cresce a cada dia. Para se ter uma ideia, Sete Lagoas tem 250 mil habitantes e uma população flutuante por dia de cerca de 100 mil pessoas. São moradores de Baldim, Santana de Pirapama, Jequitibá, Araçaí, Paraopeba, Pompéu. Várias dessas pessoas trabalham e estudam em Sete Lagoas. Além disso, ela ampara toda a região com a sua rede de saúde. É claro que há vários outros problemas na cidade, mas não tenho dúvida alguma ao afirmar que a nossa segurança pública é o maior deles, porque o efetivo da PM ao longo dos anos foi simplesmente sucateado. Seria covardia da minha parte subir aqui e colocar a culpa na Polícia Militar ou mesmo na Polícia Civil por não conseguirem combater o crime da forma como a população espera. Reconheço que as Polícias Militar e Civil vêm, inclusive, se multiplicando para combater essa criminalidade.

Se analisarmos o porquê do crescimento da violência, vamos chegar à conclusão de que todos os investimentos que foram feitos no passado, e é claro que foram importantes, foram muito abaixo do que Sete Lagoas e região merecem. Estamos falando de uma cidade que tem a 8ª maior arrecadação no Estado de Minas Gerais. Quando cito Sete Lagoas é porque ela é a principal cidade da região, e todas aquelas outras ao redor dependem dela. Quando Sete Lagoas não tem polícia, a região também não tem.

Vou falar de mais um absurdo e acredito que neste governo esse problema possa ser solucionado.

Hoje Sete Lagoas é a principal cidade da região, mas somos subordinados a Curvelo. Os comandos das Polícias Militar e Civil estão em Curvelo. Portanto, Curvelo decide quantos policiais tem de existir em Sete Lagoas. Curvelo decide quantos terão de trabalhar lá para depois mandá-los para a região. Isso está errado. Muito me assusta esse problema não ter sido solucionado ao longo dos anos.

Outro dia procurei o Bernardo Santana, nosso secretário de Defesa Social, que, por sinal, é uma pessoa muito atenciosa. Ele disse que não vai medir esforços junto ao governador para que a Risp - Região Integrada de Segurança Pública - possa ser anunciada para Sete Lagoas. Queremos, pelo menos, ser os gestores do policiamento.

Vou falar de mais um absurdo. Está faltando policial militar, mas a situação da Polícia Civil é ainda mais complicada. Não sou especialista em segurança pública, mas cresci em Sete Lagoas, nasci naquela cidade e acompanho o crescimento da violência ao longo dos anos. A Polícia Civil é extremamente importante, porque é ela que vai prosseguir com o inquérito. É ela que vai garantir, muitas vezes, que o criminoso fique atrás das grades. Hoje temos oito investigadores para trabalhar em uma cidade de 250 mil habitantes. São oito investigadores. Estou aqui pedindo compreensão do governo do Estado, pois sei que ele tem. Acredito que o governador Fernando Pimentel fará diferente do que veio acontecendo ao longo dos anos.

Deputado Rogério Correia, hoje há em Sete Lagoas cerca de 12 assaltos aos comerciantes por dia, pois nosso comércio atende toda a região. Quando ligamos para o 190, dificilmente conseguimos falar. Não é porque a polícia não quer atender, mas porque há excesso de ligações. Os policiais não conseguem atender a tantas chamadas. Assim, a ligação cai na chamada em espera. Além disso, muitas vezes ligamos para o 190, e cai em Belo Horizonte. Sabemos ainda - os próprios policiais militares me contam - que o Copom tem prioridade. A polícia trabalha com grau de prioridade. Dependendo do grau do crime, se ele é mais sério que outro que está ocorrendo, a polícia tem de priorizá-lo, pois não há efetivo para atender todos.

Outra questão ajuda o crime a crescer em Sete Lagoas: suas várias entradas e saídas. A cidade é muito grande. Pode-se escolher vir para Belo Horizonte pela BR-424 ou pela BR-040. Há saída por Silva Xavier, há saída por Jequitibá. Mais uma vez faça esse clamor.

O deputado Rogério Correia (em aparte) - Obrigado, deputado Douglas Melo, que foi vereador em Sete Lagoas, campeão de votos e cobra melhorias para Sete Lagoas. Deputado Douglas, conheço bem Minas Gerais. O quadro de Sete Lagoas que você citou se espalhou pelo Estado. É o que chamamos de herança maldita. Está chegando a época de o Pimentel fazer o balanço sobre como encontrou o Estado. Vamos ver que a herança maldita é maior do que imaginamos. Você tem o exemplo de Sete Lagoas.

Quanto à questão da segurança pública, o deputado Cabo Júlio me disse que o governador Pimentel já autorizou 9.150 policiais militares nos próximos três anos. Foi o compromisso feito com a área de segurança pública. O deputado Cabo Júlio tem vanguardado esse procedimento. Autorizou 9.150 policiais militares. Olhem o déficit de policiais militares em Minas que o choque de gestão deixou. Não se valorizava o serviço público nem a segurança. Por isso, Sete Lagoas e outros lugares estão assim. É a herança maldita que os tucanos deixaram. Olha que lá é terra do Azeredo. Azeredo é de lá, não é? Aliás, a *pizza* do mensalão tucano em Minas está



fazendo um ano. Há um ano ele veio para cá e está parado. Dizem que nem juiz há para julgar. É diferente da Dilma, que manda apurar. Quando há corrupção, ela manda apurar. A dele, quando há corrupção, manda parar. Nem juiz há para julgar o mensalão dos tucanos. Sete Lagoas tem esse déficit.

Além da notícia boa que o deputado Cabo Júlio está nos trazendo, da autorização do concurso, o que vai permitir listarmos essas reivindicações de segurança pública que o deputado Douglas Melo está fazendo aqui e que são mais do que justas, hoje também iniciamos na educação. V. Exa. deve ter visto no *Minas Gerais*. Até que Sete Lagoas tem bastantes professores. Hoje começaram a ser chamados os professores do concurso público de 2011, os que estavam como excedentes. Hoje no *Minas Gerais* foram nomeados 1.500 professores. Queria parabenizar a Profa. Beatriz, a Bia, do Sind-UTE, que é uma batalhadora do concurso público. Sei que tem gente na Assembleia Legislativa que não gosta de concurso público, que arrepia, que quer fazer tudo ao arrepio da lei. Mas hoje foram nomeados 1.500, e o governo fez um compromisso, deputados Cabo Júlio e Douglas Melo, de que 60 mil professores serão nomeados.

Olhem como a bagunça do choque de gestão deixou Minas: sem segurança nas cidades, como V. Exa. disse, sem professores efetivos nas escolas. Ficam só os designados; 1/3 apenas de professores são concursados. É a bagunça do choque de gestão, o apadrinhamento tucano prevaleceu. Então, hoje também temos de comemorar: iniciou-se a chamada dos concursados, como o governo havia prometido. Como disse, 1.500 hoje foram nomeados no *Minas Gerais*, provavelmente muitos de Sete Lagoas.

Parabéns por sua atuação. Continue firme em Sete Lagoas. Tem de cobrar mesmo do nosso governador, para ficarmos longe do que era Minas Gerais na época dos tucanos. Parabéns.

O deputado Sargento Rodrigues (em aparte)* - Primeiro quero cumprimentar V. Exa., que traz um assunto que até já foi aprovado na Comissão de Segurança Pública. Em data oportuna, agendaremos audiência pública em Sete Lagoas para tratar do ponto de vista maior da segurança pública da região e da cidade, uma cidade-polo. Obviamente a cidade precisa ser tratada com carinho.

Diferentemente de meu colega deputado Rogério Correia, hoje é dia 1º de abril, dia da presidenta Dilma Rousseff, aquela mulher mentirosa, aquela que falou que não aumentaria a conta de luz, que não aumentaria a energia elétrica, os impostos, que não mexeria no direito dos trabalhadores. Esse é o dia da mentira, dia da Dilma, do PT.

Em relação a esse questão do choque, quero trazer aqui ao ilustre deputado Rogério Correia uma notícia maravilhosa para os servidores da segurança pública. Exatamente hoje passa a valer a Lei nº 19.576, de 2011, que foi negociada por este deputado e nossas entidades de classe em junho de 2011, no governo Aécio-Anastasia. Completa-se hoje a última parcela de 15% dos 101% de reajuste. A partir de hoje essa herança bem-vinda do governo Aécio-Anastasia: o piso de um soldado da PM, do Corpo de Bombeiros, de um agente penitenciário socioeducativo e do investigador de polícia passa a ser de R\$4.098,00. Essa é a herança deixada pelo governo Aécio-Anastasia. Portanto, não é uma herança maldita, ela é bem-vinda, e todos nós da segurança pública a estamos comemorando com muita alegria.

Diferentemente do que fala o deputado Rogério Correia, V. Exa. vai perceber que há crimes que não perpassam pelo governo do Estado, deputado Douglas Melo. V. Exa. vai ver que mesmo o governo de Pimentel, da Dilma, fazendo todo o sacrifício... V. Exa. vai entender que, se a presidenta Dilma Rousseff não tivesse ido à TV e mentido descaradamente dizendo que para que a União atuasse na segurança pública ela necessitaria mandar uma PEC para o Congresso Nacional, o que por várias vezes desmenti na tribuna mostrando para ela que faltou assessoria e competência para fazer uma leitura mais inteligente do art. 144... V. Exa. vai perceber, deputado Douglas Melo, que, na cidade de V. Exa. e nas 852 cidades do nosso Estado e em todo o País, tráfico de drogas e contrabando de armas vêm impactando decisivamente nos índices de criminalidade e violência, sem falar no contrabando que passa livremente. Competência originária exclusiva do governo federal.

Já disse aos deputados Rogério Correia e Durval Ângelo que o governador Fernando Pimentel é do PT, mas nem por isso vou deixar de dizer que não há governador que agente se a União não mostrar a que veio, se não cumprir as metas. V. Exa. vai perceber o tanto que drogas e armas impactam na criminalidade e na violência da cidade de V. Exa. Basta fazer uma pesquisa, junto às Polícias Civil e Militar, dos crimes cometidos em razão do tráfico de drogas e em nome dele que V. Exa. vai perceber o que estou falando.

V. Exa. tem de cobrar sim. Nenhum governo vai conseguir superar tudo em segurança pública, mas posso afirmar que, durante os governos Aécio e Anastasia, foi feito muito. Hoje há motivo de muita alegria e muita comemoração para os servidores da segurança pública.

O deputado Douglas Melo - Agradeço ao senhor as ponderações.

O deputado Cabo Júlio (em aparte)* - Quero dizer que acabei de entrar em contato com o comandante-geral da PM para darmos continuação a esse pleito justo de V. Exa: instalar a Risp, que hoje está de forma precária em Curvelo. Para V. Exa. ter ideia, a Risp instalada em Curvelo é a mesma que tem jurisdição em Pirapora. Então estou acertando com o comandante-geral para receber V. Exa. e levar à frente esse pleito, de criação da Risp em Sete Lagoas, em homenagem a seu trabalho.

Gostaria somente de anunciar um dado que ficou mal esclarecido. Esse aumento de 101% custou para os cofres das entidades que representam a classe - porque colocamos 10 mil policiais na rua para cobrar esse aumento - R\$511.000,00. Esse foi o preço da nossa movimentação em trazer militares do interior. Foi a maior passeata existente, maior que a ocorrida em 1997, no governo do PSDB, que reuniu quase 10 mil policiais. Então o aumento - sem nenhum desmérito a ninguém - não foi gracioso. Ele custou R\$500.000,00 dos cofres dos próprios associados. Quem olhar as fotos verá os 10 mil militares, do soldado mais novo até o Cel. Piccinini, vereador da cidade de Belo Horizonte, presidente do Clube dos Oficiais, que estava em cima do carro de som dizendo: aumento já. Eu disse isso somente para que a verdade seja equilibrada.

O deputado Douglas Melo - Só um minuto, Sr. Presidente. Demoro muito para subir a esta tribuna, então tenho de aproveitar. Eu jamais vou subir aqui para apontar erros, porque o que venho buscando são soluções. As soluções que estou pedindo não são somente para a cidade em que nasci, que é a 8ª no Estado em arrecadação e uma das que mais contribuem. Quando peço para Sete Lagoas, peço para toda a região. Acredito muito que o nosso governador Fernando Pimentel será sensível a esse pedido e levará para Sete Lagoas não somente a Região Integrada de Segurança Pública - Risp -, mas também, deputado Rogério Correia, mais efetivos da Polícia Militar, da Polícia Civil e do Corpo de Bombeiros.



Queremos contribuir para uma Minas mais segura, mas, enquanto não dermos condições para que as polícias de Sete Lagoas garantam a segurança do povo, infelizmente ela se tornará mais um dado negativo. Acredito que, com o governador Fernando Pimentel, isso irá mudar. Obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O deputado Duarte Bechir - Apresento, nesta tarde, talvez um dos assuntos, além daqueles aqui tratados, mais importantes, que é o dia 2, Dia Mundial de Conscientização do Autismo. Disponho de pouco tempo, mas pedi ao presidente que concedesse ao deputado Sargento Rodrigues um aparte de, pelo menos, 1 minuto. Depois farei meu pronunciamento.

O deputado Sargento Rodrigues (em aparte)* - Ilustre deputado, gostaria apenas de complementar as informações. Hoje é um dia de muito júbilo, de muita alegria para a segurança pública de Minas Gerais, porque estamos alcançando o piso de R\$4.098,00, deputada Cristina Corrêa. Foi tudo com muita luta. Obviamente as entidades de classe fazem isso, assim como o Sind-UTE está fazendo neste momento. Ela tem de gastar, porque a mobilização é de classe. Eu, particularmente, deputado Duarte Bechir, tirei R\$5.000,00 do meu bolso para ajudar o movimento de 2011. Está lá consignado, depositado com meu cheque, para os policiais, bombeiros militares e policiais civis na luta. Não podemos deixar de enaltecer, não tem como. Piso de R\$4.098,00 nos governos Aécio e Anastasia.

Jamais, em toda a história da segurança pública, conseguimos chegar a um patamar de dignidade. Hoje é dia de muito júbilo e comemoração pelos servidores da segurança pública. Obrigado.

O deputado Duarte Bechir - Agradeço a atenção e, em especial, ao deputado Cabo Júlio, que permitiu que este deputado pudesse fazer esta justa homenagem, no Dia Mundial de Conscientização do Autismo. Caro presidente Ulysses Gomes, deputadas e deputados, senhoras e senhores.

Escolhido pela ONU como o Dia Mundial de Conscientização do Autismo, o próximo dia 2 de abril será uma data oportuna para reiterar a fundamental importância da conscientização sobre a realidade do autismo, bem como para repensar posturas, preconceitos e, sobretudo, firmar propósitos, com vistas a minimizar os sofrimentos de muitos.

O autismo foi descrito pela primeira vez em 1943, pelo médico austríaco Leo Kanner, em seu artigo *Autistic disturbance of affective contact - Distúrbio do contato afetivo*. No mesmo ano, o também austríaco Hans Asperger descreveu, em sua tese de doutorado, a psicopatia autista da infância. A palavra autismo foi criada por Eugène Bleuler, em 1911, para descrever um sintoma de esquizofrenia, que definiu como sendo uma fuga da realidade. Kanner e Asperger usaram a palavra para dar nome aos sintomas que observavam em seus pacientes.

Apesar do grande número de pesquisas e investigações clínicas realizadas em diferentes áreas e abordagens de trabalho, não se pode dizer que o autismo é um transtorno claramente definido. Por conta disso, ainda que existam diversas abordagens de tratamento para o autismo, o único elemento que representa um consenso entre elas é a participação da família. Enfatizamos esse aspecto, em especial, porque sabemos que, historicamente, os avanços nas políticas públicas e a criação de instituições foram conquistas das famílias que, muitas vezes, não encontrando espaços na sociedade que pudessem abrigar, tratar e educar seus filhos, acabaram por criar alternativas isoladas.

Aqui podemos notar, deputados e deputadas e caro presidente Ulysses Gomes, que o autismo busca um caminho nos moldes em que as Apaes foram criadas: com a omissão dos governos federal, estadual e municipal. No autismo, as famílias também têm de buscar soluções, porque os entes federados não oferecem alternativas.

Em todo o mundo, cerca de 70 milhões de pessoas de todas as classes sociais e etnias são afetadas pelo autismo. No Brasil, estima-se a existência de quase dois milhões de portadores do espectro. É exatamente com o objetivo de provocar uma reflexão mais intensa a respeito dos números alarmantes, que o dia 2 de abril é comemorado desde 2008.

Na comemoração do autismo, deputado João Leite, nós propusemos a esta Casa - foi protocolado ontem - um projeto que cria a semana de debates sobre a data de conscientização mundial do autismo. Esse momento propõe despertar a sociedade para a complexidade da síndrome, para que haja mais diagnóstico, mais tratamento, mais respeito e menos preconceito. Por isso, iluminam-se de azul prédios e monumentos ao redor do mundo. O azul foi a cor designada para simbolizar o autismo, vez que o espectro tem uma prevalência bem maior em meninos do que em meninas — mais de 4 para 1.

Uma notícia que deve ser comemorada - e aqui vale um agradecimento à Mesa, na pessoa do deputado Ulysses Gomes, - é que esta Casa, atendendo a requerimento da comissão, amanhã estará iluminada de azul.

Os belo-horizontinos, os mineiros que passarem na porta da Assembleia verão esta Casa toda iluminada de azul, numa demonstração de que ela respeita e abraça a casa do autismo. A V. Exa. e ao presidente Adalclever Lopes o nosso muito obrigado pela participação e apoio à Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, nessa justa causa.

Em 2012 foi sancionada a Lei Federal nº 12.764, que instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, que reconhece a necessidade de se dedicar atenção especial a essa parcela da população. A chamada Lei Berenice Piana equiparou em direitos os autistas aos deficientes, além de afirmar outros importantes benefícios. A legislação sobre o autismo prevê benefícios para esses indivíduos, tais como o acesso a ações e serviços de saúde, com enfoque para a atenção integral às suas necessidades de saúde, incluindo diagnóstico precoce, atendimento multiprofissional e acesso à educação, ao ensino profissionalizante e ao mercado de trabalho.

Sabemos, porém, que nenhuma norma terá sua eficácia assegurada e o seu alcance plenamente garantido se não conseguirmos mudar a concepção que muitos fazem do autismo. Nesse particular, deputado Wander Borges, ressaltamos alguns mitos que envolvem a realidade da pessoa autista. Um deles é o de que o autista vive em seu mundo próprio, sem condições de interagir com o próximo e distante da realidade que o cerca; outro, o de que o autista não sabe comunicar seus sentimentos e que é incapaz de manifestar afeto. Por vezes, é o ambiente que não proporciona a eles o devido estímulo, ou as nossas próprias limitações nos impedem de buscar neles a possibilidade da comunicação, fonte primária dos vínculos afetivos. Assim, nesse dia especial, renovamos o apelo para que o autismo seja efetivamente compreendido como uma questão de saúde pública, pelo número de pessoas que atinge e pelas nossas dificuldades em lidar com o espectro.



Antes de proferir minhas últimas palavras, presidente Ulysses Gomes, agradeço a concessão do espaço para que, como presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, pudéssemos nos manifestar. Por fim, queremos felicitar todos aqueles que não poupam esforços na busca de superar as diversas barreiras que impedem a interação com os autistas e que dedicam suas melhores energias para proporcionar uma vida mais digna aos afetados e a seus familiares, consequentemente tornando a nossa sociedade mais humana e melhor.

Dia 2 de abril, Dia Mundial de Conscientização do Autismo. A Assembleia está na luta. Agradeço à Mesa e reitero o meu muitíssimo obrigado ao presidente, pela concessão do espaço.

* - Sem revisão do orador.

O deputado João Leite - Sr. Presidente, deputado Ulysses Gomes, estou acompanhando relatos aqui, a partir da fala do deputado Duarte Bechir, e essa talvez seja uma das maiores experiências do mundo em autismo, a de uma professora americana, Templen Grandin, que fez bacharelado, mestrado. Todo mundo imaginava que ela não falaria; pois ela falou e se tornou, nos Estados Unidos, uma das pessoas mais notáveis. Ela apresentou um projeto para levar o gado para o matadouro de maneira mais cuidadosa. Ela é um exemplo. O deputado Duarte Bechir faz muito bem em apresentar essa questão aqui na Assembleia. Sei do trabalho dele na Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, do esforço dele para que a Assembleia acolha as pessoas com deficiência. Aliás, para essas pessoas trabalharem na Assembleia Legislativa, nos gabinetes. O deputado Duarte Bechir contará com todo o nosso apoio nesse esforço de incluir a pessoa com deficiência e de levar a Assembleia Legislativa ao pioneirismo, a ser pioneira no recebimento de pessoas com deficiência. Parabéns, deputado Duarte Bechir. Queremos também reconhecer os autistas no seu dia. Faço aqui uma saudação ao Zói, nosso amigo, e concedo aparte, com muito prazer, ao deputado Antônio Jorge. Imagino que ele também tem lições do trabalho dele como psiquiatra, baseado nas observações que faz no acompanhamento de diversas pessoas com autismo. Sem dúvida, a partir da liderança do deputado Duarte Bechir, torna-se esse um dia de inclusão.

O deputado Antônio Jorge* (em aparte) - Muito obrigado, deputado João Leite. Serei breve no meu aparte.

Quero falar ao deputado Duarte Bechir da minha satisfação, mais do que satisfação, da minha emoção de ver como V. Exa. trouxe aqui o envolvimento com essa causa. Quero me somar ao esforço de V. Exa. e talvez já propor que essa temática tão relevante para toda a sociedade, por diversos aspectos, receba um tratamento conjunto das duas comissões, Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, que V. Exa. preside e da qual faço parte, e da Comissão de Saúde, dada a necessária visão intersetorial, multidisciplinar e por ter certamente foco principal nesta Casa, nessas duas comissões.

Deputado João Leite, quero dar um testemunho da minha formação. Sou psiquiatra e estou completando 30 anos de exercício profissional. Os transtornos do espectro do autismo ainda continuam, apesar dos avanços da medicina e da ciência, sem uma posição adequada do ponto de vista das políticas públicas, por diversos motivos. Um deles é por se tratar de um quadro que se apresenta de forma muito amorfa. Os quadros não são idênticos.

O autismo, na maior parte das vezes, representa exatamente a diversidade de manifestações, muitas vezes neurológicas e, outras vezes, neurolinguísticas. Avançamos com a Lei Federal de 2012, ao reconhecermos que, em algumas situações, o autismo leva à deficiência de alguma habilidade social. Portanto, houve uma aquisição de ganho social e de direitos para o autista a partir dessa lei federal, mas, de forma nenhuma se trata de uma situação de deficiência mental - e por muitos anos o autismo assim foi tratado equivocadamente.

Não se trata também uma situação de transtorno psiquiátrico típico dos grandes quadros psiquiátricos e esquizofrênicos ou psicoses sintomáticas. Quer dizer, o autismo ainda merece um aprofundamento na discussão técnica, mas, acima de tudo, o que está sendo feito aqui. Por isso a minha emoção em receber a sua manifestação, deputado Duarte Bechir.

Precisamos, cada vez mais, conscientizar a sociedade, treinar os profissionais de saúde e de atenção primária, que é onde o cidadão tem o primeiro contato com o sistema de saúde, para reconhecer brevemente os casos, encaminhar para o correto e adequado tratamento. As diferenças que o autista apresenta nas suas diversas manifestações comportamentais ou sintomáticas, que, via de regra, são muito mal compreendidas nas suas primeiras manifestações, levam àquilo que talvez seja a maior tragédia do autismo e da sua falta de reconhecimento: a discriminação, o tratamento discriminatório.

Deputado João Leite, tenho insistido em várias políticas - essa é uma ação inclusiva muito bem encaminhada pelo deputado Duarte Bechir. Se fôssemos definir um indicador de avanços civilizatórios, seguramente teríamos um indicador nas diferenças. Quanto mais toleramos as diferenças e os diferentes mais civilizados e avançados somos. Por isso todas as proposições apresentadas aqui, que trabalham a perspectiva de diminuir as distâncias entre aqueles que se apresentam na sua singularidade e individualidade, de forma diferente, merecem o aplauso, a nossa contribuição de trabalho e o nosso labor.

Parabéns, deputado Duarte Bechir. Não só me congratulo com V. Exa., mas também me subordino, acima de tudo, a sua condução e me somo na melhor sinergia possível para que, de fato, tenhamos esta Casa capitaneando esta grande causa, que é a divulgação do espectro do autismo.

O deputado João Leite - Muito obrigado, deputado Antônio Jorge. Pela sua formação, psiquiatra que é, V. Exa. deu uma amostra do que é a vida do autista e da sua família.

O deputado Duarte Bechir (em aparte) - É motivo de alegria a manifestação do deputado, que tem consigo um trabalho reconhecido pelos mineiros. Secretário de Estado que foi, e agora nesta Casa, o deputado Antônio Jorge contribuirá bastante com os trabalhos na Assembleia, trazendo a sua experiência de secretaria, de vereador e de vivência profissional. Desde já, queria agradecer-lhe a soma de esforços e, além disso, propor buscarmos as alternativas em conjunto; e, mais uma vez, parabenizar o deputado Ulysses Gomes e o presidente Adalclever Lopes.

Quero trazer aqui, deputado João Leite, o que é oriundo do entendimento com a Mesa. Estamos criando um caminho para que, ainda em 2015, tenhamos em cada gabinete a possibilidade de contratar uma pessoa com necessidades especiais, um portador de deficiência. Então, os gabinetes da Assembleia passariam a ter um servidor que pudesse nos ajudar. Além disso, a Casa abriria as portas e mostraria que a Assembleia, além de ser a Casa dos mineiros, apoia também essa iniciativa do presidente Adalclever Lopes -



e do deputado Ulysses Gomes, secretário de Mesa -, que já nos pediu que fizéssemos esse encaminhamento por meio da comissão competente. Então está aqui a solicitação. Tenho certeza de que, em breve, a Mesa dará o retorno e a Assembleia de Minas mostrará aos mineiros o valor que a causa tem. Deputado João Leite, muito obrigado.

O deputado João Leite - Agradeço ao deputado Duarte Bechir, que já se notabiliza à frente dessa comissão tão importante - uma comissão que mostra a sua face de inclusão. Também gostaria de saudar o Prof. Sabino Fleury. É de sua lavra essa sugestão de incluirmos as pessoas com deficiência. Capitaneados pelo deputado Duarte Bechir, faremos isso, sem dúvida.

Mas quero agradecer também à Luiza, da assessoria da oposição. É do acompanhamento dela um relatório resumido da execução orçamentária do governo Pimentel de Dilma, Pimentel de Lula, Pimentel do PT. (- Lê:) “De acordo com o Relatório Resumido de Execução Orçamentária - RREO - publicado pela Secretaria de Estado de Fazenda no dia 28/3/2015, neste primeiro bimestre o Estado aplicou apenas 16,36% das receitas de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino”. Quanto o Estado tinha de investir? O valor de 25%, mas investiu 16%. A média dos últimos 10 anos - a média histórica, portanto, de execução - é de 23,34%. O governo Pimentel executou apenas 16% na educação. E podemos ver a razão dessa baixa execução até pelo fechamento hoje das séries, das *startups*. O governo do PT fecha a possibilidade de avanço tecnológico em Minas Gerais, um esforço monumental dos governos passados.

Eu mesmo tive a oportunidade de acompanhar o esforço do governador Anastasia, do governador Aécio e do governador Alberto para que Minas Gerais pudesse ter essa possibilidade de inovação. E, agora, vemos o governo do PT, tão novo, já cheirando a mofo, a coisa ultrapassada. Qual é a razão de fechar o desenvolvimento tecnológico do Estado de Minas Gerais, o pensamento? Qual é a razão de um governo, que criticou tanto a educação, aplicar apenas 16% em educação, de acordo com este relatório? Bom, a justificativa podem ser os duodécimos, não é? Mas essa justificativa não é suficiente. Se pegássemos o percentual histórico dos último 10 anos e o reduzíssemos para a aplicação do duodécimo, ainda assim estaríamos distantes da aplicação da execução na educação. Vamos estar atentos, vamos acompanhar essa execução, estamos lendo. Por isso agradeço aqui à Luiza, que atentamente estamos acompanhando também. “É claro aqui um descumprimento à Lei nº 7.348/1985 e a ineficiência no gasto público em área tão importante como a Educação.” O PT não executou o gasto público previsto para a educação.

Também gostaria de fazer uns comentários iniciais sobre a proposta de alteração da remuneração das carreiras de educação básica: “Quanto ao valor do piso: em 2018, será atingido o piso atual de R\$1.917,78. Porém, o valor do piso tem crescido a uma média de 10% ao ano. Se mantida a média de crescimento atual, em 2018 o piso será de R\$2.551,54, de forma que os servidores permanecerão abaixo do piso. Quanto à extinção dos níveis T1 e T2 da carreira de professor de ensino básico, com o posicionamento no nível de licenciatura plena, hoje, os níveis T1 e T2 correspondem, respectivamente, ao ensino médio e à licenciatura curta. A proposta é de igualar o salário destes ao de quem possui licenciatura plena”.

Na verdade essa alteração é uma forma de reduzir o aumento total para se chegar ao piso. Pegadinha, não é? Como explicar pegadinhas? O piso deve ser pago ao menor nível da carreira, que, no caso, hoje é o nível T1. A partir daí os aumentos seriam proporcionais para os demais níveis.

Hoje o salário no nível T1, grau A, é de R\$1.237,01, de forma que, para atingirem o piso, seu salário deveria ser acrescido em R\$680,00, chegando ao piso de R\$1.917,78. Hoje o nível T2, grau A, recebe R\$1.309,77, ou 5,88% a mais que o nível T1, grau A. Assim, se o piso fosse concedido ao professor no primeiro nível e grau T1-A, os professores que possuem licenciatura curta teriam que receber R\$2.030,58 quando no grau A.

Já o professor que possui licenciatura plena recebe hoje R\$1.455,30, ou 17,65% a mais que o nível T1. Assim, se fosse mantida a estrutura da carreira para pagamento do piso, o professor que tem licenciatura plena passaria a receber R\$2.256,21, o que significa R\$338,30 a mais do que o governo está propondo.

O que fica claro com esta proposta é uma decisão do governo - de Pimentel, do PT - de nivelar por baixo, ou de igualar - apenas 1 minuto para eu concluir, Sr. Presidente, - a remuneração de quem possui menor nível de escolaridade à de quem tem maior nível, evitando dar a valorização real solicitada pelos professores. A razão para isso é clara: do total de professores, aproximadamente 1,75% se encontra no nível T1 - ensino médio -, 3,72% se encontram no T2 - licenciatura curta - e 61,51% se encontram no nível I - licenciatura plena. Assim, o que se fez foi uma opção por dar uma teórica sobrevalorização dos níveis T1 e T2, omitindo a real subvalorização dos professores que possuem licenciatura plena. Basicamente, está-se decidindo por valorizar 5,47% dos professores, em detrimento dos outros 94,53% da carreira.

Estou encerrando, Sr. Presidente. Quem prometeu tanto aos professores está prejudicando 94% do pessoal da educação. Luísa, obrigado pela cola, para que eu pudesse apresentar esses números para a população de Minas Gerais. Obrigado pelo tempo a mim concedido em excesso, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O deputado Rogério Correia - Presidente, deputado Ulysses Gomes; deputados e deputadas. O que me traz à tribuna hoje é novamente o tema da educação. Solicitei tratar desse tema por um balanço do que foi feito nesses três meses de governo do PT, PMDB e outros aliados, no governo de Fernando Pimentel. Faço um parêntese dizendo que são três meses, e não 12 anos, portanto o que falta na educação não pode ser atribuído a esse período de três meses, mas sim pelo que não foi feito em 12 anos. Isso tira o argumento daqueles que querem fazer cobrança daquilo que em 12 anos não fizeram, porque soa mal, soa como falso, como aproveitar de uma situação, e não uma crítica para resolver.

Separo, por exemplo, a crítica feita pelo Sind-UTE, que trabalha para obter um piso há anos e anos - só de tucanos foram 12 anos -, da crítica feita agora pelo PSDB, que reclama o piso salarial.

Por que faço essa diferença? Por um motivo simples. O sindicato persegue e luta pelo piso, fez greves - uma delas foi a maior da história de Minas, contra o governo tucano. O outro é o PSDB, que dizia que o piso já era pago. Lembra-se disso, Ulysses? Por várias vezes, eles disseram: “O piso, já pagamos”. Para dizer isso, consideravam que o subsídio era salário-base - foram eles quem



impuseram subsídio - e levavam em consideração a jornada, não de 24 horas-aula, em Minas, mas de 40 horas-aula, como valor do piso. Por isso os tucanos diziam: “Com o subsídio e a jornada que se permite, de até 40 horas-aula, pagamos o piso”.

Aqui começa uma diferença grande entre o governo do PT e o do PSDB, entre o governo Pimentel e o governo Aécio e Anastasia. O governo Pimentel reconhece que não pagamos o piso e começa a conversar com o sindicato sobre como vamos fazer para pagar o piso, já que o PSDB deixou o Estado quebrado, falido. Não é novidade para ninguém que Aécio quebrou Minas. Então inicia-se um diálogo real, para se alcançar o piso. É nesse patamar que gostaria de tratar o debate, e não de maneira demagógica. Ou seja, tratar com o sindicato, de forma real, dando razão a ele. Os professores recebem mal e não recebem o piso. Este é o debate que quero fazer, presidente e deputados.

O governo, então, inicia-se, de uma forma diferente. Primeiro, começa a dialogar com o sindicato. Quando o Sind-UTE adentrou a sala de reuniões, na Cidade Administrativa, a expressão da Profa. Beatriz, conforme fiquei sabendo, é que ela não conhecia aquela sala, nunca tinha ido lá. O sindicato não era recebido para negociar, afinal de contas, o governo PSDB já pagava o piso. Então, para que precisava negociar com os professores? Bastava cortar o ponto na greve, reprimir, não deixar se alimentarem. Era esse o tratamento. E o piso? “Ah, o piso já pagamos.” E considerava subsídio, repito, e 40 horas como jornada.

Quando o governo reconhece que precisa pagar o piso, inicia-se, então, um debate com o sindicato. Ele apresentou uma proposta, que é ainda uma proposta em negociação. Mas o sindicato não aceitou, na Assembleia, por julgar insuficiente. Concordo com o sindicato que ela é insuficiente. Vou fazer de tudo aqui na Assembleia Legislativa. Essa é também a intenção dos deputados da bancada do PT, porque essa proposta precisa avançar. Ela é uma proposta infinitamente maior do que a que o PSDB fez este ano: era de 4,5% o reajuste do servidor público que eles queriam votar, o que daria ao professor R\$60,00 de aumento este ano. Longe disso, já avançamos bastante em relação a essa proposta. Mas ainda não é suficiente para nos recuperar da herança maldita, do choque de gestão e dos salários pequenos, que herdamos dos tucanos.

A proposta que o governo apresentou trabalha, este ano, com a ideia de abono; depois, mais dois outros abonos, que se transformam em reajuste. Serão, portanto, incluídos, não no início, mas posteriormente. Somando os salários de hoje com os abonos para quem está na ativa, em julho de 2017 chegaríamos ao valor de R\$1.917,00. Em julho de 2018 - isso para todos, porque incorporaria, incluindo os inativos -, chegaríamos a R\$1.917,00. Qual o defeito dessa proposta? Ela não estabeleceu o parâmetro da correção, a cada ano, para que, quando chegar em julho de 2017, para a ativa, e em julho de 2018, para os inativos, se tenha o valor real do piso de hoje, R\$1.917,00.

A proposta do governo não contempla isso, por isso o sindicato disse corretamente que ela é insuficiente, porque não há correção inflacionária ou a correção nacional do piso. No meu entendimento, o governo tem de pautar com o sindicato, na próxima reunião, como será o reajuste a ser concedido anualmente para garantir que o piso de R\$1.917,00 seja não o valor desse ano, mas o real valor do piso.

Esse é o debate que o sindicato quer fazer com o governo, e o sindicato tem razão. É preciso cobrar do governo essa questão, que não é de somenos importância. Do contrário, não teremos o compromisso de pagamento do piso, que é o compromisso do governador Fernando Pimentel.

Darei aparte ao deputado Cristiano Silveira. Quero apenas dizer que as conversas não estão encerradas. O governo apresentou uma proposta. O sindicato evidentemente botou o dedo na ferida e perguntou pelos reajustes. O governo terá que responder com esses reajustes para o valor do piso.

A outra questão é a discussão do valor do piso. O sindicato fala que R\$1.917,00, como estabelece a lei do piso, é para professores que tenham formação em ensino médio. O governo está oferecendo R\$1.917,00 como se fosse para quem tem licenciatura plena. Essa discussão o governo também terá de fazer com o sindicato. Terá de ser estabelecido o valor do piso a ser considerado pelo governo, que já reconhece uma jornada de 24 horas. Ressalto também a importância desse avanço no processo de negociação.

O governo precisa discutir outra lacuna. Por exemplo, é necessário anistiar os professores que foram punidos pelo governo tucano na greve passada. Isso ainda não está na proposta. Eu mesmo tenho um projeto de lei aqui na Assembleia Legislativa anistiando os grevistas que foram punidos. Eles precisam estar contemplados, como foi contemplado o caso da alimentação, que era uma punição do governo passado aos professores. É preciso incluir essa anistia.

Precisamos incluir também para este ano, deputado Cristiano Silveira, um valor além desse percentual colocado para o abono de R\$160,00. Deve chegar aos 13%, percentual definido como reajuste anual do piso dos professores. Outro gargalo é o valor de agora e o valor dos reajustes.

Posto isso, teremos a premissa de um acordo do piso a ser cumprido pelo governador Pimentel. A nossa bancada está ciente disso. Queremos avançar. Não somos uma bancada, como foram os outros, que apenas chegavam à Assembleia Legislativa e puniam os professores, votando por exemplo um subsídio contra a vontade do sindicato. Já dissemos ao governo que há que se esgotar todo processo de negociação. Não vamos servir aqui de coveiros dos professores, aprovando projetos que posteriormente não poderão sofrer alterações. É uma relação diferenciada.

Quero parabenizar o sindicato, que já começa a ter conquistas. Hoje anunciei uma: 1.500 professores foram hoje nomeados, como concursados. Este ano serão 15 mil. Há um compromisso de 15 mil por ano. Assim serão 60 mil professores nomeados. É uma vitória enorme do sindicato.

Durante 12 anos do PSDB, ocorreu o contrário. Iludiram os professores, fingiram que iam efetivá-los com leis mirabolantes. Aliás, fingem de novo agora. Começa uma nova relação, que não está terminada. O diálogo está apenas começando. Assim, trabalho a ideia da negociação. Espero que o nosso governo também assim trabalhe. Esse é o sentimento da nossa bancada do Partido dos Trabalhadores.

O deputado Cristiano Silveira (em aparte)* - Deputado Rogério Correia, quero cumprimentá-lo porque V. Exa. sempre foi parceiro sincero e leal com os movimentos sindicais em Minas Gerais, como os da educação. É admirável ver que V. Exa. não faz nenhum discurso conveniente em qualquer momento que seja. É claro que há sempre lutas por melhorias na carreira dos professores. É



importante que digamos que será apresentado um projeto de carreira para os professores, para os profissionais da educação. Precisa haver melhoria no pagamento, no pagamento do piso. Isso sempre esteve no discurso de V. Exa. e não desaparece agora, enquanto líder do bloco de base do governo.

Quero dizer, deputado, que o sindicato precisa ficar muito atento ao que ocorre nesta Casa. Qual a vantagem? Não vemos na direção do movimento sindical, deputado Ulysses Gomes, a ingenuidade. O sindicato conhece muito bem seus parceiros, e parceiros históricos. Tenho certeza de que o deputado vê com certa desconfiança aqueles que, no passado, eram defensores do governo anterior e críticos ao movimento que se fazia, de forma a ignorar as bandeiras de luta que eles estabeleciam.

As mudanças de relação, já neste governo, com a categoria e com o sindicato são notórias. V. Exa. bem citou o fato de o professor poder merendar na escola. Isso pode parecer coisa simples, mas se trata de acesso à alimentação e à dignidade humana. Às vezes, a relação se dá também na interpretação dos gestos e dos simbolismos que se fazem. Quando o governo se propõe a arcar com a alimentação dos professores, ele o faz com um gesto muito forte. Outra medida é que esse governo mantém permanente diálogo e negociação com a categoria. Ainda que não tenha sido vencida a pauta, ainda que aquilo que almejam os professores ou que seja da condição do Estado oferecer não tenha sido alcançado, não tenho dúvidas do sucesso da negociação. O sucesso da negociação não é tudo que o sindicato está pedindo, mas também não será nada que o governo possa oferecer, porque temos acompanhado e visto isso.

A mudança na relação, deputado Ulysses Gomes, se dá em alguns fatos. Conversei com a secretária de Educação, Profa. Macaé, e ela me relatou que, pela primeira vez, foi visitada pelos representantes dos sindicatos, pelos representantes dos professores, e um deles lhe perguntou: "Secretária, a senhora quer que chame a polícia?". A secretária respondeu: "Não, polícia para quê?". Ele lhe disse: "Porque, normalmente, quando o sindicato vinha aqui para alguma reunião, sempre era chamada a polícia para fazer o acompanhamento". Ela lhe disse: "Não precisa, estamos conversando com nossa base, com nossa categoria, com nós mesmos".

Deputado Rogério, eu não tenho dúvida do sucesso que será o governo em relação à política voltada para a educação. O que quero dizer novamente é que vejo a mesma energia e veemência nas falas com que se cobra que o governador Fernando Pimentel resolva tudo nos três meses. Vale dizer que nesses três meses que vivemos, a condição do professor e do servidor da saúde só não está melhor porque essa mesma energia não foi gasta lá atrás, para que o governo anterior fizesse sua parte, e a herança cai toda no colo do governador Fernando Pimentel. Com tudo isso, num cenário difícil, numa peça orçamentária com um déficit de mais de R\$7.000.000.000,00, vejo todo o esforço do governo, e tenho certeza de que nossa bancada vai intermediar pelo sucesso da negociação. Obrigado pelo aparte.

O deputado Rogério Correia - Obrigado, Cristiano. É isso. Nós, enfim, queremos reiterar o compromisso do governador Pimentel. Ajudaremos quanto ao pagamento do piso, durante seu governo. Uma proposta apresentada carece da garantia do reajuste para que, chegando o valor do piso, ele seja realmente o piso e, não apenas o valor absoluto. Digo que esse é o ponto fundamental que precisa avançar em torno dessas negociações.

Quero terminar, presidente, parabenizando o sindicato, o Sind-UTE, até porque mostra a coerência com a mesma bandeira, com os mesmos pressupostos, com a mobilização e mostra a autonomia do movimento social em relação ao governo. É óbvio que as pessoas, os professores e os sindicatos sabem diferenciar o que é, de fato, lutar em favor de uma categoria e o que é tentar aproveitar um momento para isso. Liderança se faz a partir do momento em que ela é vista pelos seus representados. O líder não é aquele que tenta se impor. Se fosse assim, seria muito fácil. As lideranças são construídas. É isso que vemos no sindicato, pela construção de anos e anos. Estaremos juntos, na certeza de que avançaremos na negociação em torno do que foi o nosso compromisso: pagamento do piso com a jornada de 24 horas, sem subsídio. Esse foi o compromisso feito. Temos de buscar cumpri-lo. Obrigado, presidente.

* - Sem revisão do orador.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 13/4/2015, o Presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/1991, 5.179, de 23/12/1997, e 5.203, de 19/3/2002, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, assinou os seguintes atos, relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Fred Costa

tornando sem efeito o ato publicado no Diário do Legislativo, edição de 10/4/2015, que nomeou Rosa Maria da Silva Pereira do cargo em comissão de recrutamento amplo de Auxiliar de Serviços de Gabinete II, padrão VL-28, 4 horas;

exonerando Fernanda Ferreira dos Santos Porfírio do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;

exonerando Pedro Celestino do Nascimento do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 4 horas;

nomeando Fernanda Ferreira dos Santos Porfírio para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão VL-27, 4 horas;

nomeando Pedro Celestino do Nascimento para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 8 horas.

Gabinete da Deputada Ione Maria Pinheiro

nomeando Elizabeth Ugolini para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas.

Gabinete do Deputado Paulo Lamac

exonerando, a partir de 13/4/2015, Elisane dos Santos Gomes do cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão VL-56, 8 horas.

Gabinete do Deputado Professor Neivaldo

nomeando Renata Soares Cardoso para o cargo de Secretário de Gabinete, padrão VL-34, 8 horas;

nomeando Thiago Flávio Guerra Naves para o cargo de Assistente de Gabinete I, padrão VL-40, 8 horas;



nomeando Valmir de Souza Oliveira para o cargo de Auxiliar Técnico Executivo, padrão VL-50, 8 horas.

Nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/1986, 9.437, de 22/10/1987, e 9.748, de 22/12/1988, e Resolução nº 5.105, de 26/9/1991, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

tornando sem efeito o ato publicado no Diário do Legislativo, edição de 27/3/2015, que nomeou João Paulo de Castro Gomes Silva para o cargo em comissão de recrutamento amplo de Assistente Administrativo, padrão VL-36, código AL-EX-01, do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria, com exercício no Gabinete da 1ª-Secretaria;

nomeando Jaqueline Adriane de Castro Gomes para o cargo de Assistente Administrativo, VL-36, código AL-EX-01, com exercício no Gabinete da 1ª-Secretaria.

Nos termos do inciso VI do artigo 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, verificado o cumprimento das condições previstas nos incisos I, II e III do artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5/7/2005, c/c o artigo 133 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais, observados os termos das Leis nºs 15.014, de 15/1/2004, 16.833, de 20/7/2007, 17.637, de 14/7/2008, 18.803, de 31/3/2010, 19.838, de 2/12/2011, 20.337, de 2/8/2012, e 20.693, de 22/5/2013, e 21.236, de 19/5/2014, da Lei Complementar nº 64, de 25/3/2002, e das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, e 5.347, de 19/12/2011, assinou o seguinte ato:

aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 8/4/2015, a servidora Íria Conceição Araújo Bouffleur, CPF nº 356.283.916/20, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Apoio Legislativo, padrão VL-66, classe especial, do Quadro de Pessoal desta Secretaria.

**ERRATA****ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na publicação da matéria em epígrafe verificada na edição de 10/4/2015, na pág. 51, onde se lê:

“Daniela Cristina Nogueira”, leia-se:

“Daniela Cristina Nogueira Melo”.